

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**O GOVERNO HUGO CHÁVEZ E A POLÍTICA EXTERNA
VENEZUELANA NO CONTINENTE AMERICANO**

VINÍCIUS VARGAS VASCONCELLOS

Porto Alegre
2009

Vinícius Vargas Vasconcellos

**O Governo Hugo Chávez e a Política Externa Venezuelana no
Continente Americano**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. André Reis.

Porto Alegre

2009

“Yo deseo más que nada ver formar en América la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riquezas, que por su libertad y gloria”

Simón Bolívar

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria concretizado caso não houvesse o auxílio de diversas pessoas, que merecem uma singela homenagem. Primeiramente, gostaria de agradecer à instituição, ao corpo docente de Relações Internacionais e ao meu orientador, o Professor André Reis, que sempre foi solícito e receptivo durante a redação desta monografia.

Quero expressar minha profunda gratidão aos meus pais, que jamais pouparam esforços para a minha formação; às minhas irmãs, que, mesmo sem o convívio diário, continuam sendo indispensáveis na minha vida; e à avó Victória, pelo amor incondicional.

Finalmente, agradeço aos colegas de faculdade, por todo o companheirismo, amizade e compreensão, tendo a consciência de que aproveitamos ao máximo nosso período de graduação. Prefiro não especificar nomes de maneira a não cometer o erro de esquecer alguém, todavia tenho certeza de que aqueles que foram especiais estão cientes de toda minha gratidão.

RESUMO

Este trabalho analisa as transformações ocorridas na Venezuela e no Continente americano após a inauguração do governo Hugo Chávez. Impulsionado por suas ideologias bolivarianas, o presidente venezuelano empreendeu reformas constitucionais e promoveu programas de assistência social que modificaram o contexto doméstico. No âmbito externo, esse governo utilizou largamente a diplomacia petroleira para cooptar aliados e intensificou conversações multilaterais, ambicionando aprofundar a integração latino-americana. Por fim, o trabalho pretende avaliar a disputa pela liderança regional, onde Venezuela e Brasil possuem diferentes estratégias para alcançar tal objetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Venezuela, Hugo Chávez, Integração Latino-Americana, Políticas Socialistas, Blocos Econômicos, Diplomacia Petroleira e Liderança Regional.

ABSTRACT

This paper analyzes the changes occurring in Venezuela and in the Americas after the inauguration of the Hugo Chávez government. Driven by their Bolivarian ideologies, Venezuelan President undertook constitutional reforms and promoted social assistance programs that have changed the domestic context. Externally, the government made much use of oil diplomacy to attract allies and strengthened multilateral talks, aiming to deepen Latin American integration. Finally, the paper intends to evaluate the competition for regional leadership, where Venezuela and Brazil have different strategies to achieve this goal.

KEYWORDS: Venezuela, Hugo Chávez, Latin American Integration, Socialist Policies, Economic Blocs, Oil Diplomacy e Regional Leadership.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais destinos das Exportações venezuelanas (2006-2008).....	36
Figura 2 - Mapa político da Venezuela.....	47
Figura 3 - Comparativo entre os votos coincidentes e não-coincidentes de Brasil e Venezuela na Assembléia Geral da ONU (1990-2005).....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição do PIB venezuelano (1999-2008).....	22
Tabela 2 - A Participação do Petróleo nas Exportações da Venezuela (1999-2006).....	23
Tabela 3 - Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2001-2007: Objetivos e Estratégias na Política Externa.....	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 O GOVERNO HUGO CHÁVEZ.....	13
2.1 PACTO DE PUNTO FIJO E A CRISE NEOLIBERAL.....	13
2.2 ASCENSÃO POLÍTICA DE CHÁVEZ E OS PRIMEIROS ANOS DE GOVERNO.....	17
2.3 A DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO E AS REFORMAS SOCIAIS.....	21
2.4 O REFERENDO REVOGATÓRIO E AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS.....	25
3 POLÍTICA EXTERNA DE CHÁVEZ NA AMÉRICA CENTRAL E ESTADOS UNIDOS.....	29
3.1 CONCEPÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA PARA O GOVERNO CHÁVEZ E A AGENDA TERCEIRO-MUNDISTA.....	29
3.2 ACIRRAMENTO DAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS E A ALTERNATIVA BOLIVARIANA.....	33
3.2.1 ALBA.....	37
3.3 INSERÇÃO DA VENEZUELA NA AMÉRICA CENTRAL E CARIBE.....	39
4 RELACIONAMENTO DO GOVERNO CHÁVEZ COM OS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL.....	42
4.1 PROBLEMAS FRONTEIRIÇOS: OS ATRITOS COM A COLÔMBIA.....	42
4.1.1 A QUESTÃO ESSEQUIBO.....	46
4.2 BLOCOS ECONÔMICOS.....	48
4.2.1 MERCOSUL.....	49
4.2.2 COMUNIDADE ANDINA.....	52
4.2.3 UNASUL.....	53
4.3 RELACIONAMENTO COM O BRASIL E A BUSCA PELA HEGEMONIA REGIONAL.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

1 INTRODUÇÃO

A idéia de libertar as nações latino-americanas do subjugo das potências hegemônicas e, a partir de então, criar uma sociedade mais justa e igualitária remonta ao século XIX, quando Simón Bolívar, um militar venezuelano, liderou uma revolução na Grã-Colômbia (região que atualmente compreende a Colômbia, Venezuela, Equador e o Panamá). Naquela época, grande parte dos territórios sul-americanos ainda estava sob a égide do governo espanhol, que insistia em manter suas possessões na América. Após sucessivas batalhas pela independência, os revolucionários conseguiram expulsar os espanhóis de suas terras e conquistar a tão sonhada liberdade.

Passados quase 200 anos, Hugo Rafael Chávez Frías é eleito presidente na Venezuela, trazendo consigo a esperança de acabar com as mazelas deixadas pelos governos anteriores. Com um discurso inspirado nos ideais bolivarianos, Chávez criticou incisivamente a hegemonia norte-americana, implementando modificações políticas e sociais no plano interno e propondo uma nova agenda no âmbito das relações internacionais.

O objetivo central do trabalho é tentar compreender as mudanças ocorridas na sociedade venezuelana e na política externa do Continente americano após a inauguração do governo bolivariano. A metodologia empregada na pesquisa buscou compatibilizar a teoria realista ao estudo, a fim de esclarecer as razões que levam os Estados a adotarem posturas tão distintas no cenário mundial. Após, será feita uma análise dos dez anos do mandato chavista, dando enfoque especial para a atuação desse país na esfera regional. Antes de tudo, porém, realizar-se-á uma reflexão histórica, examinando a conjuntura institucional da Venezuela no período anterior à eleição de Chávez. Devido à grande insatisfação popular diante dos governantes tradicionais, o anseio por uma profunda mudança no cenário político venezuelano possibilitou a ascensão de um ex-golpista militar ao poder.

Este trabalho está dividido em três capítulos mais uma conclusão final. O primeiro capítulo focará sua análise no contexto doméstico venezuelano, fazendo um comparativo entre as gestões passadas, fundamentadas no *Pacto do Punto Fijo*, e a nova administração comandada por Hugo Chávez. Depois, serão avaliadas as reformas internas promovidas pelo governo revolucionário - enfatizando as políticas sociais direcionadas às camadas populares - e a incômoda dependência do regime às divisas do petróleo.

Em um segundo momento, uma vez apresentada as perspectivas domésticas, ampliaremos geograficamente nosso estudo, procurando compreender a política externa de Chávez para a América Central e Estados Unidos. Por sua personalidade forte e pela retórica desafiadora, o presidente da Venezuela se tornou uma peça relevante no tabuleiro geopolítico da região. Ele identificou os norte-americanos como seu grande inimigo político – fato agravado após a tentativa de golpe estado em 2002 - e freqüentemente faz referências depreciativas ao vizinho poderoso. Todavia, essa oratória ofensiva ao “Império” é colocada em cheque quando observamos o comércio bilateral: o intercâmbio comercial entre os dois países se manteve estável nos últimos anos, sendo que aproximadamente 40% das exportações venezuelanas continuam sendo destinadas aos Estados Unidos. Ademais, abordaremos a inserção diplomática venezuelana na América Central, salientando o sólido relacionamento do país andino com Cuba. É dessa estreita amizade que surgiu a Alternativa Bolivariana, um bloco regional orientado por princípios solidários, que serviria de oposição às ambições estadunidenses de integração continental.

Outro importante tópico a ser examinado, diz respeito à ativa diplomacia de Chávez em relação aos países vizinhos, utilizando o petróleo como ferramenta política. A propósito, esse recurso natural é extremamente abundante naquela região – a Venezuela possui a sexta maior reserva petrolífera do mundo –, o que confere à chancelaria venezuelana maior poder de persuasão nas negociações multilaterais.

O terceiro capítulo priorizará o estudo dos relacionamentos de Chávez com os países sul-americanos, no qual alianças e conflitos alteraram o panorama regional após a posse do ex-tenente-coronel. A opção de Caracas pelo regionalismo tem sido uma marca do novo governo, evidenciada pela participação nos blocos políticos e econômicos da região. Numa clara tentativa de aprofundar a integração sub-regional, Chávez requisitou o ingresso no MERCOSUL e se destacou como um dos líderes da UNASUL. Em contrapartida, se retirou da Comunidade Andina e entrou em atrito com a Colômbia, graças às divergências ideológicas entre os respectivos mandatários.

Ainda dentro da questão sul-americana, será avaliada a disputa pela liderança regional entre Venezuela e Brasil. De um lado está Chávez, que busca se tornar um líder dos países subdesenvolvidos, adotando um discurso terceiro-mundista e antiamericano. Suas convicções socialistas encontraram receptividade no hemisfério, fato que aumentou sua influência na

região. Só para termos alguns exemplos, Bolívia, Equador e Nicarágua elegeram para a presidência candidatos que eram aliados de Chávez, legitimando, de certa forma, suas aspirações bolivarianas. Do outro lado, se encontra Luiz Inácio Lula da Silva, que engajou a diplomacia brasileira na intermediação de contendas, optando pelo diálogo e pela não-intervenção. Finalmente, na parte das conclusões, faz-se um balanço dos resultados atingidos até agora pela administração chavista, baseado nas análises dos capítulos anteriores.

CAPÍTULO 2

O GOVERNO HUGO CHÁVEZ

O presente capítulo discorrerá sobre o Governo de Hugo Chávez, que há mais de dez anos se mantém a frente do poder na Venezuela. Serão avaliados os desdobramentos políticos e as reformas sociais de sua administração, buscando compreender os impactos que essas modificações trouxeram para a população local. Antes disso, porém, se faz necessário uma recapitulação da história recente venezuelana.

2.1 PACTO DE PUNTO FIJO E A CRISE NEOLIBERAL

A Venezuela é um dos países com maior tradição democrática dentro da América Latina. A primeira experiência de um governo representativo em Caracas ocorreu durante o *triênio* - de 1945 até 1948 - quando Rómulo Gallegos foi eleito presidente através do sufrágio universal. Entretanto, o ensaio democrático foi extremamente curto, já que, em novembro de 1948, Gallegos foi deposto por um golpe militar.

A democracia só iria retornar às terras venezuelanas em 1958, quando foi firmado o *Pacto de Punto Fijo*. Através desse acordo, os líderes partidários ensejavam consolidar a democracia no Estado venezuelano, tão prejudicado pela instabilidade política. Com o declínio da ditadura do General Pérez Gimenez no final dos anos 50, o líder da Acción Democrática (AD) Rómulo Betancourt, que até então atuava na clandestinidade, iniciou conversações com as principais dirigentes nacionais a fim de instaurar um regime democrático convergente, no qual os partidos – AD, COPEI e URD – deixariam de lado as divergências e se apoiariam em prol da estabilidade democrática.

Rómulo Betancourt assume o governo em 1959, se tornando o primeiro presidente venezuelano amparado por um pacto populista de conciliação. Seu mandato de cinco anos foi marcado por sublevações armadas, tanto de direita como de esquerda, mas graças a sua habilidade política se manteve firme à frente do cargo. Ciente do poder das forças armadas, o mandatário se empenhou em apaziguar o ímpeto dessas unidades militares, convertendo-os em defensores da constitucionalidade. Na política externa, formulou a Doutrina Betancourt, no qual repugnava qualquer regime que atentasse contra a democracia. Respeitando a

Constituição, que fora aprovada em 1961, promoveu eleições em 1964 para a presidência, na qual conseguiu eleger seu correligionário Raúl Leoni como sucessor. Os pressupostos do pacto se concretizaram, enraizando no sistema político daquele país organizações partidárias fortemente comprometidas com a manutenção e a partilha de poder.

Com efeito, o cenário democrático venezuelano ganhou contornos ímpares, com os dois principais partidos, AD e COPEI, dominando as ações políticas e revezando seus candidatos na cadeira presidencial. Esse sistema bipartidarista era pautado por uma mínima diferenciação ideológica, sufocando os pequenos partidos e afastando as minorias das decisões centrais. A longevidade desse duopólio foi caracterizada pelo número limitado de eleições, pela destacada importância dada aos líderes partidários no sistema eleitoral e pelo monopólio de representação concedido a um número limitado de grupos de interesses – FEDECAMARAS¹ na parte empresarial e CTV² no setor trabalhista. (AZEREDO, 2003, p. 113).

Por anos, o país sul-americano gozou de grande estabilidade política e econômica, com os cofres da fazenda abastecidos pela renda do ouro negro. Contudo, em 1983, as flutuações do preço do petróleo debilitaram o final do governo de Herrera Campíns (COPEI), forçando a equipe econômica a extinguir a paridade cambial do Bolívar em relação ao Dólar. Destarte, os anos 80 implantaram, no povo venezuelano, uma progressiva descrença nas instituições de seu país, uma vez que o regime já não conseguia se adaptar às novas conjunturas externas e agonizava com as crises econômicas. Esse quadro recessivo gerou uma queda na qualidade de vida da população, refletindo em altas taxas de abstenção eleitoral. Uma tentativa de modernizar o Estado foi formulada em 1984, junto à Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (COPRE), que teria a responsabilidade de dar maior transparência à política partidária e providenciar mudanças no sistema eleitoral. Apesar de todo o empenho do recém-empossado presidente Jaime Lusinchi, as resoluções desse comitê foram insuficientes para reverter o anacronismo estatal. A corrupção era outro fator que desgastava o regime perante os cidadãos. Ainda em sua administração, um grande escândalo de corrupção abalou o governo: o RECADI – órgão criado para auxiliar o sistema cambial – foi palco de favorecimentos escusos, fraudando cerca de oito bilhões do tesouro. Assim, o período de Lusinchi (1984- 1989) na presidência foi bastante conturbado, despertando na população uma

¹ Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção.

² Confederação de Trabalhadores Venezuelanos.

espécie de trauma em relação ao regime e sepultando a crença de que os recursos estatais bastavam para manter o afluxo de riquezas no país.

Como ainda estava viva na memória do povo venezuelano a bonança das décadas anteriores, a maioria dos cidadãos apostou na continuidade do regime e elegeu, em 1989, Carlos Andrés Pérez, também conhecido como CAP, o mesmo político que já tinha comandado a nação entre 1974 e 1979. Quando CAP assumiu o comando, encontrou uma administração praticamente falida, com a inflação batendo na casa dos 100% e dívida externa se aproximando de US\$ 35 bilhões. Para modificar esse cenário desastroso, Pérez acreditava que apenas um choque de gestão recuperaria a economia venezuelana e assim decidiu implantar um pacote de medidas neoliberais, conhecidas como *El gran viraje*. Pérez seguiu fielmente a cartilha proposta pelo FMI e pelos EUA, angariou crédito no fundo internacional e introduziu uma política de austeridade econômica, às expensas das classes menos favorecidas. Não tardou para que a reação popular estourasse. Em fevereiro de 1989, o preço da gasolina foi aumentado em 100%. Logo, os donos das empresas de transporte público repassaram integralmente esse reajuste ao valor da passagem, incitando à ira popular. Esse levante, conhecido como *Caracazo ou 27 F*, se espalhou rapidamente na cidade. De início, ônibus e coletivos foram incendiados enquanto lojas e supermercados eram saqueados. A situação piorou quando grupos revoltosos resolveram atacar os bairros elitizados, invadindo centros comerciais e residências. A desordem se estendeu pela madrugada, já que a força policial se via incapaz de conter a massa enfurecida. Para cessar as manifestações, Pérez decretou estado de emergência e convocou o exército para restabelecer a ordem. Em decorrência da repressão, centenas de vidas foram perdidas. (AZEREDO, 2003, p. 116).

Na verdade, podemos dizer que o “*gran viraje*” foi o próprio *Caracazo*, visto que a paciência das sociedades latino-americanas com as consequências das políticas neoliberais estava se exaurindo. Ainda, a ajuda internacional e a coerção governista conseguiram minimizar a rebelião. No ano seguinte, com a invasão do Kuwait pelo Iraque, a valorização do preço do petróleo permitiu uma melhoria nos índices macroeconômicos, estabilizando aparentemente a situação. (VIZENTINI, 2003, p. 64).

Não demorou muito para que um golpe de estado fosse tramado. A quatro de fevereiro de 1992, militares tentaram destituir o presidente Pérez do poder, encabeçados pelo tenente-coronel Hugo Chávez. Entretanto, o malogrado golpe foi repudiado pela opinião pública,

apesar de todo o descontentamento com a administração central. Na esteira dos acontecimentos, esse evento foi mais um alerta dado aos governantes, que persistiam em se alienar diante da crise institucional. Após a insurreição militar, Pérez se viu cada vez mais isolado politicamente, culminando com seu *impeachment* em 1993. Pérez foi retirado do poder acusado de corrupção e o restante do seu mandato foi exercido por Ramón Velásquez, que fora escolhido pelo Congresso.

Em dezembro de 1993, Rafael Caldera é eleito presidente com 30% dos votos para sua segunda gestão, apoiado por uma coalizão de pequenos partidos denominada *Convergencia*. Caldera, que fora um dos fundadores da COPEI, afastou-se do tradicional partido e adotou um discurso populista. A rejeição ao duopólio exercido por AD e COPEI era nítido e, em mais de 30 anos, era a primeira vez que um desses partidos não elegia seu candidato à presidência.

Logo no início do mandato, Caldera instaurou uma política intervencionista, rejeitando os paradigmas neoliberais herdados de seu antecessor. Suspendeu privatizações e manteve um rígido controle de preços sobre produtos essenciais. Contudo, essas medidas não surtiram o efeito esperado. Dessa maneira, Caldera retomou a agenda inaugurada por Pérez, aprofundando as medidas neoliberais sob o pomposo nome de *Agenda Venezuela*. Seguindo o exemplo de outros presidentes latino-americanos, buscou conselhos com os Estados Unidos e abraçou as políticas neoliberais. Incapaz de solucionar a crise já instalada, sua administração caiu no descrédito, evidenciando o esgotamento do regime que iniciara em 1959. Amorim Neto discorre sobre a decadência do *Punto Fijo*:

Como pano de fundo desses tristes espetáculos, uma situação de grande instabilidade econômica, caracterizada por picos inflacionários, quedas bruscas e agudas da taxa de crescimento econômico e o declínio constante do preço do barril de petróleo, motor da economia venezuelana e principal fonte de receita pública. Todos esses fatores contribuíram de forma decisiva para um crescente cinismo da população para com as instituições políticas, as elites dirigentes, em geral, e com os partidos dominantes, em particular. (AMORIM NETO, 2003, p. 92).

Enfim, a insustentabilidade do *Pacto de Punto Fijo*, ocasionada pela ineficácia das instituições democráticas venezuelanas, estabeleceu um vazio de poder, incapaz de ser coberto pelas figuras políticas tradicionais. Isso possibilitou a emergência de novos atores no

cenário nacional, uma vez que a população desejava renovar seus dirigentes e ambicionava recuperar a prosperidade alcançada pelo sistema clientelista redistributivo.

2.2 ASCENSÃO POLÍTICA DE CHÁVEZ E OS PRIMEIROS ANOS DE GOVERNO

Desde o tempo da Academia Militar, Hugo Chávez já demonstrava seu espírito de liderança. No longínquo ano de 1977, articulou uma organização, em conjunto com outros jovens oficiais, chamada de Exército de Libertação do Povo da Venezuela (ELPV), que almejava uma revolução armada. Com o passar dos anos, o jovem Hugo foi amadurecendo suas idéias a tal ponto que, com a ajuda de seu companheiro Jesús Urdaneta, criou uma célula política dentro do exército. Alunhou esse grupo de Movimento Bolivariano Revolucionário-200, ou simplesmente MBR-200, em homenagem ao bicentenário do nascimento de Simón Bolívar. A turbulência econômica, que impactara a Venezuela logo nos primeiros anos da década de 80, impulsionou a consolidação dessas aspirações revolucionárias.

Consciente da liderança exercida por Chávez junto aos seus colegas, o comando militar resolveu transferi-lo em 1986 para uma cidade chamada Elorza, na fronteira com a Colômbia, para que seu radicalismo não se espalhasse pela corporação. Foi mantido por lá durante dois anos até ser remanejado de volta para a capital, sendo designado assessor do Conselho de Segurança Nacional, em um período em que o governo Lusinchi enfrentava escândalos de corrupção.

Em 1989, o descontentamento generalizado com as instituições culminou com o *Caracazo*, episódio que surpreendeu muitos militares contrários ao regime vigente. Eles não tiveram tempo hábil para tomar proveito da situação e organizar uma rebelião armada contra o governo, sendo obrigados a reprimir a sublevação popular. Chávez se encontrava enfermo e por essa razão não participou da intervenção militar. No mesmo ano, Chávez e seus colegas foram acusados de conspirar contra a democracia, fato que foi desmentido posteriormente. Como nada foi provado, decidiram transferir a maioria desses oficiais para o interior, e Chávez, aproveitando-se da ocasião, pediu licença para cursar mestrado em Ciência Política. Já sob o posto de tenente-coronel, ele iniciou de maneira sigilosa uma aproximação com pequenos partidos e organizações trabalhistas. Entretanto, Chávez acreditava que a tomada do poder não deveria ter participação da sociedade civil, fator que seria determinante para o insucesso do golpe de 1992.

Em quatro de fevereiro de 1992, cinco unidades do exército, lideradas por Hugo Chávez, partiram em direção à Caracas, a fim de consumir a tão sonhada revolução. No entanto, as autoridades venezuelanas já estavam avisadas sobre um possível ataque golpista e obstruíram as forças opositoras. Percebendo que tinha sido traído, Chávez se rendeu, apelando na televisão para que os focos ainda resistentes se entregassem pacificamente. O discurso proferido em cadeia nacional - diga-se de passagem, ele só aceitou falar ao vivo - rendeu-lhe grande notoriedade, pois assumia a responsabilidade do intento e afirmava que *“por ahora, los objetivos que nos planteamos no fueron logrados en la ciudad capital.”* (CHÁVEZ, Discurso).

Pela sua participação na insurreição armada, Chávez foi considerado culpado, recebendo uma longa pena prisional. No entanto, cumpriu apenas dois anos de cárcere – graças à anistia outorgada pelo presidente Caldera - sendo libertado em março de 1994. Durante sua estada na prisão, deu continuidade à sua missão revolucionária, recebendo visitas de diversos políticos, além de conceder entrevistas aos meios de comunicação.

Já fora da cadeia, Chávez deu novos rumos ao movimento bolivariano, com diversas viagens ao interior do país. Tendo consciência do repúdio da opinião pública quanto ao levante armado, o tenente-coronel decidiu entrar na vida pública. A princípio, a idéia de concorrer à presidência era rejeitada, pois um sistema tão corrupto inviabilizaria sua governabilidade. Contudo, dada a grande aceitação popular em torno de sua figura, refez seu pensamento, defendendo uma modificação institucional de “dentro para fora” a partir do fechamento do congresso e da convocação de uma Assembléia Constituinte. Em 1997, tornou público o desejo de participar das eleições do ano seguinte, reportando-se ao escrutínio como uma luta entre o bem e o mal: de um lado estaria o Pólo Patriótico, encabeçado por ele, representando uma alternativa aos velhos partidos, e do outro, o pólo da destruição nacional, que seria a representação das “forças do mal”. Criou, ao invés de um partido, uma organização política paralela, o Movimento Quinta República (MVR), se estabelecendo como a opção de esquerda nas eleições. Segundo pesquisas, em julho de 1998, já contava com 45% da preferência dos cidadãos para assumir o Palácio de Miraflores. (AZEREDO, 2003, p.136).

No tocante aos partidos tradicionais, AD e COPEI careciam de prestígio popular, ao passo que a administração Caldera parecia estar perdida frente às mudanças do contexto mundial. Com a antecipação das eleições legislativas para novembro, os conservadores

buscaram anular a relação entre os pleitos e, assim, garantir a maioria no Congresso. Mesmo desgastada diante de seus eleitores, a AD conseguiu manter sua supremacia dentro das câmaras, seguida de perto pelo Pólo Patriótico de Chávez. Às vésperas das eleições presidenciais, os partidos do *Punto Fijo* abandonaram seus candidatos e apoiaram Henrique Salas Römer - que representava o “Projeto Venezuela” - depositando nele as últimas esperanças de barrar o avanço socialista. O resultado final sintetizou o desejo de mudança do povo venezuelano: Chávez venceu com 56,2% dos votos, contra 39% de Salas Römer.

No dia 2 de fevereiro de 1999, Hugo Chávez assumiu a presidência do país. Empossado sob as regras da Constituição de 1961, ele se negou jurar respeito sobre ela. Ao assumir seu posto no Palácio de Miraflores, delineou dois objetivos iniciais da sua administração: editar uma nova constituição e promover o “Plano Bolívar 2000”, onde as Forças Armadas atuariam em projetos sociais na região costeira. A revalorização da agricultura também era prioritária em sua plataforma de governo. Para conseguir reescrever a Carta Magna, apostou na convocação de uma Assembléia Constituinte, que deveria ser submetida ao julgamento popular. Sabendo das ambições radicais de Chávez, os opositoristas protestaram contra o referendo, todavia a Corte Suprema declarou constitucional a convocatória chavista. Em abril daquele ano, uma pequena fatia do eleitorado foi às urnas (apenas 37,6%), ratificando a proposta de Chávez com 88% dos votos.

Após o resultado do plebiscito, quase metade dos deputados e senadores pertencentes à aliança de Chávez (Pólo Patriótico) renunciaram às suas cadeiras no Congresso para se candidatar à Assembléia Nacional Constituinte (ANC). Essa manobra, ao mesmo tempo que fortalecia a oposição dentro do legislativo, esvaziava a legitimidade da instituição. Após a numerosa promoção de militares, as indisposições se agravaram. Ao todo, 262 militares foram promovidos, sendo que 52 foram alçados ao cargo de general. Perplexa diante de tais acontecimentos, a comissão de defesa do Senado – de maioria opositorista - repudiou tal iniciativa, afirmando que não aceitaria a promoção daqueles oficiais que já tivessem estourado o limite de idade estabelecido nas regras militares. De nada adiantaram as observações dos senadores, já que todos oficiais tiveram suas promoções sustentadas pelo presidente.

No turbilhão de acontecimentos, ocorre, em julho, as eleições para a ANC, tendo como grande vencedor o Pólo Patriótico que conquistou 122 das 131 cadeiras em disputa. Após meses de trabalho, a nova constituição foi finalizada e colocada à prova em 15 de

dezembro de 1999: 44,4% dos cidadãos aptos a votar compareceram às urnas, sendo que a grande maioria do eleitorado (71,8%) acabou optando pela aprovação do novo texto constitucional. Era o início de uma nova era política em Caracas.

Logo, a Constituição Bolivariana foi promulgada e, no quarto dia do ano 2000, o já falido Congresso, eleito em 1998, foi dissolvido. O nome do país foi alterado para República Bolivariana de Venezuela e o poder legislativo passou a ser exercido interinamente por um grupo de 21 membros, que desempenharia tal função até a realização das eleições gerais. Abaixo, Vizentini apresenta maiores detalhes do novo texto constitucional:

O mandato presidencial é aumentado para seis anos, com a possibilidade de reeleição; um novo posto de vice-presidente é criado, a ser designado pelo presidente; criação de um Conselho de Governo; plebiscitos consultivos são permitidos para assuntos de “interesses nacionais especiais”; o congresso nacional bicameral é abolido e criado uma Assembléia Nacional unicameral. É criado o Conselho Moral Republicano, combinando os papéis de controlador-geral e promotor-geral com um ombudsman. A Suprema Corte de Justiça é substituída pelo Supremo Tribunal de Justiça, onde juízes e magistrados são eleitos por voto popular. Os quatro ramos das Forças Armadas são unidos numa única Força Armada Nacional, e é dado aos militares o poder de voto. (VIZENTINI, 2003, p. 72).

A nova Constituição determinou eleições gerais para julho de 2000, quando novamente Chávez se sagrou vencedor do pleito com 60% dos votos válidos, inaugurando oficialmente a V República. No legislativo, o Pólo Patriótico conquistou 96 das 165 cadeiras, dominando, assim, a Assembléia Nacional. Nos primeiros anos de governo, Chávez incentivou o turismo e protegeu a produção doméstica. As privatizações na área de energia, telecomunicações e alumínio, que tinham sido iniciadas no governo antecedente, foram paralisadas, numa clara tentativa de abandonar as políticas anteriores e sepultar o fantasma do neoliberalismo. O Fundo Macroeconômico de Estabilização – criado no governo Caldera para receber a renda excedente do petróleo – foi modificado. Agora, 50% desses recursos seriam aplicados em agências estatais, tal como a PDVSA³, enquanto a outra parte continuaria no fundo. Na prática, o objetivo de Chávez era incentivar o crescimento de outros setores da economia através da renda petrolífera. O maciço gasto de dinheiro público se tornou um pilar do governo, patrocinando as reformas sociais.

³ Petróleo de Venezuela S.A.

Em novembro de 2001, ocorre a promulgação de 49 Leis Habilitantes⁴, representando um ponto de inflexão na política chavista. Essa reorientação na plataforma do novo governo selou o fim da convivência harmônica com as classes dominantes. Os setores que tinham sido derrotados nas eleições de 1998 começaram a se rearticular, já que se sentiram prejudicados nos seus interesses. Neste sentido, o governo passou a ser fortemente acusado pela grande mídia, pelo sindicato patronal FEDECAMARAS e por setores conservadores de atentar contra a propriedade privada e de querer implementar um regime castrista na Venezuela. Tal descontentamento culminou com o golpe de Estado em 11 de abril de 2002, planejado por generais opositores respaldados pelos executivos da PDVSA. (BARROS, 2006, p. 226). Pedro Carmona, então presidente da FEDECAMARAS, foi escolhido para dirigir o país interinamente, dissolvendo o parlamento e aprisionando Chávez na ilha La Orchila. Todavia, os partidários chavistas – informados que o tenente-coronel havia sido vítima de um golpe – cercaram o palácio presidencial na manhã do dia 13 de abril, exigindo a volta de seu antigo comandante. Essa reação popular, aliada à mobilização de grupos militares legalistas, propiciou a volta de Chávez ao poder. No final do mesmo ano, o *paro petrolero* – greve patronal nacional iniciada pelos funcionários da PDVSA - provocou séria crise econômica, afetando drasticamente o nível de produção da estatal. Em suma, o ano de 2002 foi extremamente conturbado na política venezuelana. O aprofundamento da polarização social se disseminou para a esfera política, dividindo o país através da radicalização ideológica.

2.3 A DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO E AS REFORMAS SOCIAIS

Desde o início do século passado, quando foi descoberta a existência de petróleo na bacia do Maracaibo, os venezuelanos vêm se beneficiando da abundância de recursos energéticos em sua região. Em 1928, a Venezuela já se destacava entre os grandes produtores de petróleo, alcançando o *status* de maior exportador do produto, posição que manteve até 1970. Membro fundador da OPEP, participou ativamente na criação do cartel, visando defender o preço do petróleo no mercado mundial. Nas décadas de 60 e 70, gozou de intensa prosperidade econômica e social – chegando a ter uma das maiores rendas *per capita* do mundo -, graças à distribuição da renda petrolífera. Todavia, a flutuação do preço

⁴ Este conjunto de leis foi decretado pelo Presidente Chávez de acordo com a atribuição que lhe outorgou a Assembléia Nacional mediante a “Lei que Autoriza o Presidente da República a ditar Decretos com Força de Lei nas matérias que são delegadas” (RBV: Leyes).

internacional da commodity desencadeou graves crises internas, haja vista a profunda dependência econômica do país andino ao petróleo.

Ciente dessa situação, Chávez assumiu o poder propondo diversificar a matriz produtiva nacional. Dando incentivo a pequenas e médias empresas e protegendo os produtores locais, o líder bolivariano conseguiu diminuir a participação da atividade petrolífera no Produto Interno Bruto. No primeiro ano de seu governo, o PIB-petrolífera representava quase 20% na composição do produto venezuelano. Já em 2008, o peso desse recurso natural na economia se reduziu, caindo aproximadamente para 12%.

TABELA 1. Composição do PIB venezuelano (1999-2008).

ANO	Setor não petrolífera	Setor petrolífera	ILP*
1999	71,4%	19,2%	9,4%
2000	71,8%	18,9%	9,3%
2001	72,2%	18,1%	9,7%
2002	74,5%	17,0%	8,5%
2003	74,7%	18,2%	7,1%
2004	73,3%	17,5%	9,2%
2005	74,6%	15,6%	9,8%
2006	75,3%	13,9%	10,8%
2007	76,3%	12,3%	11,4%
2008	76,6%	12,0%	11,4%

*Imposto líquido sobre os produtos. Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV).

Programas governamentais como o Acordo Macro para a Reativação da Industrial e a Transformação do Modelo Produtivo⁵ incentivaram a dinamização de outras áreas, no qual se destacou a indústria manufatureira. Entretanto, o crescimento de setores não-petrolíferos é, em grande parte, consequência do afluxo de capitais gerados pela economia petrolífera⁶ – tendo em vista a escalada de preço da commodity durante o governo Chávez.

⁵ Para maiores detalhes, consultar Barros, 2006, pg. 231-232.

⁶ A dinamização da economia a partir da renda petrolífera é conhecida pelo termo oil windfall. Fonte: State Department.

No que diz respeito às exportações, o petróleo continua reinando absoluto, fracassando o intuito chavista de minimizar a importância do óleo em seu comércio exterior. Ao analisarmos a Tabela 2, observaremos que, em 2006, a participação do petróleo nas exportações atingiu quase 90%, sendo que no início do mandato de Chávez esse índice oscilava na casa dos 80%.

TABELA 2. A Participação do Petróleo nas Exportações da Venezuela (1999-2006).

Ano	Exportações totais	Exportações de petróleo	Export.petróleo/Export. totais	Preço do Barril
1999	22.632	18.106	80,0%	25,1
2000	24.240	20.192	83,3%	23,9
2001	24.123	19.709	81,7%	19,9
2002	22.280	17.914	80,4%	28,7
2003	28.277	22.876	80,9%	30,2
2004	40.706	33.786	83,0%	40,4
2005	57.475	49.658	86,4%	59,0
2006	66.609	59.748	89,7%	62,5

Fonte: SOUZA, 2008, p. 133. Obs.: Exportações em US\$ milhões a preços de 1995 (1999 a 2002) e a preços de 2000 (2003 a 2006). Preço do petróleo referente ao último dia útil do ano.

Assim, o petróleo continua sendo essencial para o bom funcionamento da economia venezuelana, já que ele representa aproximadamente 90% das receitas de exportação e 50% das receitas fiscais do governo.

Quando assumiu a presidência, Chávez recebeu um Estado fragilizado economicamente, padecendo com o baixo preço do barril de petróleo – apenas US\$ 10,88 em fevereiro de 1999 –, o que impedia investimentos nos setores sociais. Dessa forma, Chávez se viu obrigado a firmar um acordo com o FMI, lançando um programa econômico de transição que viabilizaria a estabilidade econômica no curto prazo. Defendendo a valorização de sua principal riqueza, estreitou os laços com os membros da OPEP, exercendo forte influência dentro da instituição. Através da redução de oferta, o cartel conseguiu elevar o preço do barril para US\$ 20,00 alguns dias antes dos atentados de 11 de setembro de 2001, quando o preço do petróleo disparou por motivos circunstanciais. (BARROS, 2006, p. 221). Após o período turbulento, entre 2002 e 2003, quando a economia sofreu uma profunda recessão – causada

justamente pelas greves e contestações ao governo – o ano de 2004 foi extremamente positivo em aspectos macroeconômicos, com um crescimento de 18,3% do PIB.⁷

Definida a supremacia estatal na PDVSA, obtida após a promulgação da Lei de Hidrocarbonetos⁸, o Estado maximizou a apropriação da renda petrolífera, gerando divisas suficientes para investir no país. Destarte, o governo revolucionário deu início às reformas sociais, conhecidas como *Misiones*, beneficiando amplamente setores populares e parte da classe média. Segundo Gott,

The missions fought against illiteracy, provided further education for school dropouts, promoted employment, supplied cheap food, and extended a free medical service to the poor areas of the cities and countryside, with the help of thousands of doctors from Cuba. (GOTT, 2005, p. 256).

Na área da saúde, a missão mais importante era *Misión Bairro Adentro*, no qual os médicos, a maioria de origem cubana, prestavam consultas diárias e permaneciam de prontidão nas localidades mais carentes. Na área da alimentação, implantou o *Mercal*, que na realidade é uma espécie de feira popular, que comercializa mais de vinte produtos da cesta básica a preços subsidiados pelo governo; e implementou também o programa de distribuição gratuita de alimentos para a população miserável. Na área da educação, planejou programas com efeitos de longo prazo, dividindo em três missões: a *Misión Robinson*, que pretendia alfabetizar mais de 1,5 milhões de pessoas entre 2003 e 2004; a *Misión Ribas*, que objetiva o reingresso escolar daqueles indivíduos que não completaram seus estudos; e, por último, a *Misión Sucre*, dirigida à educação superior, cuja realização mais concreta foi a fundação da Universidade Bolivariana, propondo incorporar quinhentos mil estudantes sem vaga no sistema de educação superior público e privado. (VILLA, 2005, p. 266).

Enfim, com o preço médio do petróleo venezuelano batendo recordes durante quase todo seu mandato, Chávez empreendeu políticas de cunho populista, patrocinada pela máquina estatal. Ao mesmo tempo em que aumentou o gasto público, reduziu os índices de pobreza na comunidade. Essa política social teve reflexos no Índice de Desenvolvimento

⁷ É importante ressaltar que a expansão do PIB foi puxada pela intensa valorização do preço do petróleo.

⁸ A nova lei, que entrou em vigor em janeiro de 2002, estabeleceu que a PDVSA pertencia ao Estado e que todas as atividades da indústria petrolífera deveriam contar com maioria acionária do governo venezuelano. Pela nova lei, os royalties passaram de 16,6% para 30% e o imposto de renda foi reduzido de 67% para 50%.

Humano (IDH), no qual a Venezuela subiu vários postos nos últimos anos, inclusive ultrapassando o Brasil e alcançando o 58º lugar em 2009.

2.4 O REFERENDO REVOGATÓRIO E AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS

A partir da inflexão política do governo Chávez, inaugurada com a promulgação das Leis Habilitantes, a oposição começou a se rearticular em 2002, afetando o andamento das reformas bolivarianas. Após inúmeras tentativas de desestabilizar o governo, a oposição decidiu tentar demover Chávez do poder através de um referendo revogatório, premissa presente na Constituição Bolivariana.

No começo de 2003, a oposição se mobilizou em volta da realização de um referendo, prevendo nela sua única chance de destituir o atual mandatário, que, pelo seu mandato, governaria até o início de 2007. Para tal, os opositores iniciaram o recolhimento de assinaturas, que deveriam somar de 20% do eleitorado nacional para a realização da consulta. A coalizão anti-Chávez foi encabeçada pela *Coordinadora Democrática* - uma associação de partidos, ONGs e grupos civis - que estava profundamente descontente com o governo e confiante na deposição de Chávez, caso fosse realizado o pleito. Jimmy Carter, ex-presidente norte-americano e proprietário da *Carter Center*⁹, auxiliou a *Coordinadora* nessa missão, visto que ele estava empenhado nas negociações da crise venezuelana desde a greve petrolífera. Carter propôs a fixação de uma data para a realização do referendo, dia 19 de agosto de 2003, que seria supervisionado por uma comissão internacional. Em maio de 2003, as partes envolvidas firmaram um acordo, mediado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), no qual concordavam que um plebiscito poderia refrear a crise instalada no país, porém não houve consenso na determinação dos procedimentos e da data.

Em dezembro de 2003, após ferrenha campanha, a oposição saiu literalmente às ruas a fim de recolher assinaturas em todos os cantos do país. Em um período de quatro dias, mesas foram montadas nas calçadas para que a população aderisse ao processo, gerando uma atmosfera de orgulho cívico. Ao final dos trabalhos, 3,477,000 assinaturas foram coletadas, suficientes para a efetivação do referendo. Objetivando retardar o processo, o governo anunciou que haveria fraudes nas assinaturas, requerendo ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) que investigasse minuciosamente cada firma. Após intensa queda de braço para validar

⁹ Organização não governamental especializada em Direitos Humanos e na promoção da Democracia.

ou impugnar assinaturas¹⁰, governistas e opositoristas chegaram a um consenso, permitindo que os signatários confirmassem, junto ao CNE, a sua opção. No dia 3 junho 2004, o resultado foi anunciado, legitimando a abertura de um referendo revogatório. (GOTT, 2005, p. 261).

Para surpresa de muitos, Chávez acatou pacificamente a decisão, argumentando que ele próprio tinha instituído esta cláusula na Constituição. Na verdade, o ex-tenente-coronel sabia que seu governo tinha se fortalecido naquele ano, impulsionado pela recuperação econômica. Ele alocou grande parte do orçamento estatal em seus programas populares, as missões, e iniciou uma grande campanha para naturalizar imigrantes e registrar indivíduos que não possuíam carteira de identidade - na expectativa de que esses cidadãos votassem a favor da permanência do governo. Essa inclusão social, promovida às vésperas do referendo, resultou em um aumento expressivo no número de eleitores, passando de doze para quatorze milhões.

Com todos esses artifícios, a aceitação do governo Chávez cresceu substancialmente, o que pôde ser comprovado nas pesquisas de opinião: em julho de 2003, 69% dos entrevistados disseram que votariam a favor da revogação do mandato; em agosto de 2004, apenas 44% mantinham o mesmo pensamento. Assim, no dia 15 de agosto, se cumpriu o referendo e 59% dos eleitores votaram na permanência de Chávez no poder. A oposição, inconformada com a derrota, foi a público denunciar que o pleito teria sido fraudado, o que não foi confirmado pelos analistas internacionais. Na opinião de McCoy, os derrotados cometeram um equívoco estratégico:

Já a coalizão de oposição — denominada Coordenadora Democrática —, ansiosa por evitar rachas internos, resolveu protelar as eleições primárias para a escolha do seu próprio candidato a presidente para depois da realização do referendo. Assim, a oposição se viu sem uma clara alternativa a Chávez para apresentar aos eleitores. (MCCOY, 2005, p. 12).

A ausência de propostas e a falta de renovação dos dirigentes debilitaram a oposição. E a conseqüência dessa desarticulação se refletiu já nas eleições para governos e municípios -

¹⁰ Do montante total, o Conselho Nacional Eleitoral julgou que 375,000 assinaturas eram inválidas e 1,200,000 eram consideradas duvidosas.

ocorridas em outubro de 2004 - quando as forças opositoras perderam espaço político.¹¹ Acuados e persistentes na crítica ao sistema eleitoral, cinco partidos de oposição anunciaram boicote às eleições legislativas de 2005. Suas desconfianças pairavam sob o sistema automatizado de votação, que, segundo eles, poderia ser violado. Apesar do anúncio, a maioria dos candidatos não oficializou sua retirada do pleito, sendo que apenas 10,08% renunciaram à candidatura. O resultado da eleição legislativa não poderia ser outro: supremacia total dos partidários de Chávez na Assembléia Nacional.

No final de 2006, ocorreram eleições presidenciais e, mais uma vez, Chávez saiu vitorioso com quase 63% dos votos válidos. Desta feita, ele derrotou Manuel Rosales, que representava uma gama de organizações políticas opositoras ao regime chavista. Com o mandato renovado e com o controle do legislativo em suas mãos, Chávez aproveitou para intensificar a revolução bolivariana: propôs uma reforma constitucional, que alteraria o mandato presidencial de seis para sete anos e implantaria a reeleição ilimitada. Além disso, propunha a redução da jornada de trabalho de 40 para 36 horas semanais, o fim da autonomia do Banco Central e a reestruturação do território venezuelano, entre outros. Aprovada pelo parlamento, as emendas foram submetidas ao julgamento popular no dia 2 de dezembro de 2007, concretizando mais um referendo na agitada vida política venezuelana. Divididas em dois blocos de votação, as medidas foram rechaçadas pela população, numa apertada vitória da oposição.¹² Chávez agradeceu aos eleitores pela participação no pleito – declarando que “Por enquanto, não foi possível”¹³ - e atribuiu a derrota ao elevado índice de abstenção, aproximadamente 44,9%. Foi o primeiro revés eleitoral sofrido pelo líder bolivariano em nove anos de governo.

Entretanto, Chávez não desistiu de seus objetivos e iniciou uma campanha junto ao Congresso para a realização de um novo referendo, mesmo sob protestos dos opositores. Em dezembro de 2008, foi formalizado o pedido de emenda à Constituição e no dia 15 de fevereiro de 2009 ocorreu mais uma consulta popular. Ao contrário do último referendo, a proposta de Chávez foi aprovada, com 54,36% dos votos. A Reforma Constitucional estabeleceu a reeleição ilimitada do presidente e dos detentores dos demais cargos públicos na

¹¹ Dos oito governos estaduais que controlava, ficou apenas com dois.

¹² De acordo com o CNE, 50,7% dos venezuelanos votaram contra o primeiro bloco de artigos, enquanto 49,29% optaram pelo "sim". No segundo bloco, 51,05% rejeitaram as emendas, enquanto 48,94% optaram pela aprovação.

¹³ Célebre frase que o projetou politicamente após a tentativa de golpe de 1992.

Venezuela, dando margem para Hugo Chávez se perpetuar no poder. Segundo ele, seria necessário mais dez anos para consolidar a revolução bolivariana e solidificar as conquistas sociais.

Em suma, o governo de Hugo Chávez, ao longo de seu mandato, enfrentou sua pior crise no biênio 2002-2003, quando as forças opositoras se uniram com o fim específico de comprometer a governabilidade de seu mandato. Com a popularidade em baixa e a iminente realização de um referendo revogatório, Chávez apostou nas reformas sociais para se garantir no poder. Urrutia relata esse episódio:

A mediados de 2003, la popularidad del presidente se encontraba en su punto más bajo. Para revertir esta tendencia, Chávez comenzó a apoyarse en un vasto programa de asistencia social denominado «Misiones». Junto con todo tipo de acciones dilatorias para evitar la convocatoria al referéndum, estas iniciativas le permitieron sortear la crisis. (URRUTIA, 2006, p. 163).

A postergação do referendo permitiu à Chávez se reabilitar perante seu eleitorado, conquistando uma vitória significativa no escrutínio de 2004. A ampliação das políticas sociais possibilitou a consolidação de sua plataforma governamental, apesar da imprevista derrota no plebiscito de 2007. Insistindo em alcançar seus objetivos, convocou novamente uma consulta popular para aprovar a reeleição ilimitada, sustentando que o “socialismo do século XXI” precisava de tempo para ser solidificado. A concretização desse projeto pode ser extremamente nociva para a Venezuela, pois fere um dos preceitos da democracia: a alternância de poder.

CAPÍTULO 3

A POLÍTICA EXTERNA DE CHÁVEZ NA AMÉRICA CENTRAL E ESTADOS UNIDOS

O presente capítulo focará nas relações exteriores do Governo Hugo Chávez com os países da América Central e Estados Unidos. Logo, analisar-se-á de que maneira as ações empreendidas pelo novo governo alteraram o *status quo* da região, tendo em vista a aproximação, por meio da política do petróleo, com os países caribenhos e o acirramento dos laços diplomáticos com a potência norte-americana.

3.1 CONCEPÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA PARA O GOVERNO CHÁVEZ E A AGENDA TERCEIRO-MUNDISTA

Para entendermos melhor a percepção de política externa para o governo Chávez, devemos levar consideração a abordagem realista das relações internacionais. O realismo clássico nasceu como resposta às idéias liberais do período entre-guerras e teve em Hans Morgenthau, autor da obra-prima *Paz e Guerra entre as nações – A luta pelo poder e pela paz*, um expoente dessa escola teórica. Sua obra enumerou os fundamentos básicos do realismo político, dos quais podemos destacar: a) A principal sinalização que ajuda o realismo político a situar-se em meio à paisagem da política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder; b) O realismo político é consciente da significação moral da ação política, como é igualmente da tensão inevitável existente entre o mandamento moral e as exigências de uma ação política de êxito; c) Intelectualmente, o realista político sustenta a autonomia da esfera política, do mesmo modo como o economista, o advogado e o moralista sustentam a deles. (MORGENTHAU, 2003). A partir desses princípios, podemos compreender algumas atitudes do governo bolivariano, pois o realismo reconhece a separação da esfera política das demais esferas, afirmando que o “interesse definido em termos de poder” constitui o conceito central da conduta externa. Portanto, os atores internacionais buscariam a maximização do poder como forma de realizar seu auto-interesse, julgando que exigências políticas muitas vezes pedem atitudes que se distanciam da moral vigente.

Enfim, Morgenthau destacou a racionalidade com que os governos agem no cenário mundial. No caso de Chávez, mesmo culpando Washington pelo atraso econômico das

sociedades latino-americanas, ele não se sente envergonhado em comercializar intensamente com os norte-americanos, já que esse comércio é fulcral para a estabilidade da economia venezuelana.

Chávez, logo que assumiu o poder em 1999, tinha como prioridade diplomática desmitificar sua imagem perante governantes estrangeiros¹⁴ e estabelecer uma política externa autônoma, protegendo os interesses nacionais. Insatisfeito com as falhas estruturais do sistema internacional, ele defendeu a bandeira da multipolaridade¹⁵ e pregou a necessidade de reformar democraticamente organismos supranacionais. Seu ativismo diplomático foi ligeiramente restringido pelas crises internas, todavia a consolidação da revolução bolivariana deu margem a uma atuação mais consistente no cenário global, resultando em políticas alternativas que estão alterando a configuração de nosso continente.

Consoante Urrutia, pode-se dividir em duas etapas a política externa de Chávez, assegurando que o referendo revogatório de 2004 teria sido uma espécie de divisor de águas na inserção externa da Venezuela. O autor analisa a postura do governo no período inicial:

En los primeros años de la gestión de Chávez, que calificamos como una fase inicial de observación y reconocimiento, se conservaron algunos elementos y principios de lo que había sido la política exterior venezolana durante los gobiernos anteriores, y en algunos casos se profundizaron las líneas de acción precedentes, como la relación especial que se venía construyendo con Brasil desde mediados de los 90. (URRUTIA, 2006, p. 161).

Assim, constata-se que Chávez optou, no primeiro instante, pela manutenção de algumas diretrizes básicas da política externa, evitando promover mudanças radicais nessa matéria. Entretanto, à medida que ele foi estabilizando domesticamente o país, começou a delinear novas estratégias para os assuntos internacionais. Suas concepções externas foram compiladas no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2001-2007¹⁶, que pontuou a necessidade de estabelecer um Equilíbrio Internacional. Através desse documento, Chávez condenou a tradicional concentração de poder dos atores hegemônicos, afirmando que era

¹⁴ A oposição, durante a campanha eleitoral, fazia comparações de Chávez com Hitler e Mussolini. Para afastar essa reputação, o comandante venezuelano visitou mais de 20 países em 1999 e quase 35 em 2001. (VILLA, 2004, pg. 28).

¹⁵ Os países se organizariam em blocos regionais para garantir mercado, complementar suas economias e se fortalecer.

¹⁶ Conjunto de medidas que reorientou as principais diretrizes políticas e econômicas da Venezuela.

necessário estimular a solidariedade e a cooperação entre as nações. O quadro abaixo resume as idéias chavistas sobre o tema:

TABELA 3. Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2001-2007: Objetivos e Estratégias na Política Externa.

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Estimular a Multipolaridade da Sociedade Internacional	Fortalecer os organismos supranacionais, apoiar reformas democráticas no sistema internacional, defender a proteção dos direitos humanos e contribuir para formulação de uma agenda comum dos países do Sul.
Promover a Integração Latino-Americana e Caribenha	Agilizar o ingresso da Venezuela como membro associado do MERCOSUL e estimular a associação entre MERCOSUL e Comunidade Andina; Intensificar a presença da Venezuela no Caribe, fortalecendo Institutos de Cooperação e Cultura e consolidando embaixadas.
Consolidar e Diversificar as Relações Internacionais	Intensificar relações econômicas com a Ásia, iniciar uma aproximação com Ásia Central e Oriente Médio, intensificar relações com França, Rússia, China e Irã e ampliar cooperação com países da Europa Oriental.
Fortalecer o posicionamento da Venezuela na Economia Internacional	Contribuir com o fortalecimento da OPEP, estimular a criação de um novo setor exportador, incrementar as exportações energéticas e estimular a formação de associações estratégicas.
Promoção do novo regime de segurança integral do Hemisfério	Criação de unidades cívico-militares de desenvolvimento; promoção do diálogo democrático no processo de integração entre as nações.

Fonte: Ministério de Planejamento e Desenvolvimento da Venezuela.

Fica evidente a primazia do novo governo pelo terceiro-mundismo, apostando na cooperação Sul-Sul e na união da América do Sul e Caribe. Como afirmou José Vicente Rangel, Ministro de Relações Exteriores da Venezuela no primeiro mandato de Chávez, a

política externa da administração bolivariana priorizaria a vizinhança¹⁷ e os países em desenvolvimento. A fim de potencializar o relacionamento com tais regiões, o ministério de Rangel procurou intensificar as tratativas bilaterais e formular uma agenda de cunho social, visando assumir um papel de liderança perante as nações subdesenvolvidas. O petróleo foi recorrentemente utilizado como arma política, servindo de instrumento primordial para cooptar países carentes de energia e para fortalecer os laços diplomáticos com os membros da OPEP – aliás, o líder sul-americano não poupou esforços para rearticular essa organização.

Após encarar um período turbulento entre 2002 e 2003, enfrentando greves patronais e assistindo o recrudescimento da oposição, Chávez conseguiu sair vitorioso do referendo de 2004 que almejava tirá-lo do poder. Esse episódio se constituiu em um marco para sua administração, já que o resultado das urnas legitimava as reformas bolivarianas. Segundo Urrutia,

En ese momento concluyó el periodo inicial de transición y se inició una nueva etapa de la política exterior, que se expresó en la sustitución del esquema tradicional de inserción internacional de Venezuela. Así, la consolidación del proyecto revolucionario y la conformación de alianzas geopolíticas y estratégicas con otros países pasaron a ser los ejes centrales de la política exterior. Paralelamente, se aceleró la ruptura institucional del Ministerio de Relaciones Exteriores, al tiempo que se avanzó en el proceso de ideologización de la estructura del servicio exterior. En esta nueva fase, resultó cada vez más evidente la impronta presidencial en todas las acciones y decisiones vinculadas a las relaciones internacionales y el carácter personal de la ejecución de la política exterior. (URRUTIA, 2006, p. 165).

Respaldo pela maioria da população, Chávez colocou a política externa a serviço da revolução bolivariana, empregando um caráter mais personalista nas deliberações da Casa Amarilla.¹⁸ A guinada chavista consistiu em fortalecer as alianças geopolíticas e acelerar os acordos regionais, aprofundando o antagonismo aos Estados Unidos – até aquele momento, apesar das antipatias ideológicas, as diferenças entre os governos eram mantidas em um plano de confrontação de baixa intensidade. (VILLA, 2004, p. 41). Desse modo, os ataques à Washington se exacerbaram, resultando na intensificação de processos integracionistas alheios aos interesses estadunidenses.

¹⁷ O governo selecionou quatro zonas no âmbito regional - a atlântica, a caribenha, a andina e a amazônica -, denominando-as de *fachadas*, que concentrariam as ações da nova diplomacia.

¹⁸ Prédio que abriga o Ministério das Relações Exteriores em Caracas.

Enfim, a diplomacia de Chávez tem sido pautada pela agenda terceiro-mundista e fortemente influenciada pelos ideais de Simón Bolívar, que, no século XIX, tentou unir os povos latino-americanos. Na visão do ex-tenente-coronel, a integração deveria contemplar não só aspectos políticos, mas também aspectos econômicos (criação de uma moeda única) e militares (cooperação entre as forças nacionais). Situada numa região estratégica, estando na divisa de dois subcontinentes, a Venezuela irrompe como fator imprescindível para a consolidação de uma aliança regional, protagonizando as conversações entre a América do Sul e a América Central.

3.2 ACIRRAMENTO DAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS E A ALTERNATIVA BOLIVARIANA

O surgimento de uma figura caudilhesca na política venezuelana não foi vista com bons olhos pelos norte-americanos¹⁹, já que Chávez representava uma alternativa aos ideários neoliberais propagados pela Casa Branca. Na apreciação do *State Department*, nascia uma peça de resistência no seio do Continente, uma peça que poderia contaminar a vizinhança. Nos primeiros meses de governo chavista, a posição de Washington se caracterizou por um silêncio público e por eventuais críticas privadas. (AZEREDO, 2003, p. 146). Essa postura defensiva traduzia a desconfiança americana na aptidão democrática da nova administração. Apesar das controvérsias, os governos firmaram um tratado sobre promoção e proteção do investimento estrangeiro, após mediação do embaixador John Maisto. Ainda que carregasse um radicalismo acentuado, Chávez conseguia impor um pragmatismo em suas deliberações, logrando separar a retórica nacionalista da coexistência realista.

Após a excursão internacional de Chávez – visitando alguns desafetos de Washington - o relacionamento entre os países ficou estremecido. Em outubro de 1999, Chávez viajou para China em visita diplomática. Conferiu diversos elogios ao país asiático, afirmando que “este mundo não pode ser dirigido por uma força policial universal que procura tudo controlar.” No mês seguinte, fez uma parada estratégica em Havana, participando de uma partida de *Baseball* que marcou a definitiva solidificação dos laços diplomáticos com Cuba. Chamando Fidel Castro de irmão, debateram acordos no campo energético e decidiram criar uma *joint venture* na refinaria cubana de Cienfuegos. Por fim, o tenente-coronel visitou

¹⁹ O então candidato a presidência da Venezuela teve negado o visto de entrada nos Estados Unidos. Diferente postura adotou a chancelaria britânica, que convidou Chávez a visitar seu país em 1999.

Saddam Hussein em agosto de 2000, sendo o primeiro presidente eleito democraticamente a visitar o Iraque desde o final da Guerra do Golfo.²⁰ Esse episódio desencadeou protestos por parte dos Estados Unidos, que chegaram a denunciar Chávez no Conselho de Segurança da ONU, alegando violação às resoluções daquele órgão.

Com a instituição do governo George W. Bush em janeiro de 2001, ficou a impressão de que uma diplomacia cordial seria possível. Segundo o chanceler José Vicente Rangel, a relação com os Estados Unidos era classificada como “fecunda e produtiva”, negando qualquer intenção de seu governo de desejar a exportação do modelo venezuelano para outras nações. Contudo, o abismo ideológico se tornou evidente e a pretensa simpatia se esvaiu com a militarização do Plano Colômbia e com a permanente recusa venezuelana de ceder seu espaço aéreo para os vôos americanos antidrogas.

Após o atentado terrorista às Torres Gêmeas, em setembro de 2001, Bush direcionou o foco de sua política externa para o Oriente Médio, deixando em segundo plano os assuntos latino-americanos. Romero explicita essa idéia:

El gobierno de Bush ha desarrollado una política de “torniquete” con Chávez, que consiste en no prestarle mucha atención a sus declaraciones y alusiones en su contra y, al mismo tiempo, tratar de limitar su expansión regional y mundial. Esa estrategia se ha desarrollado en el marco de la idea, predominante en América Latina y el Caribe, de que Bush no presta una atención suficiente a los problemas hemisféricos, lo cual ha reforzado un sentimiento antiestadounidense en la región. (ROMERO, 2006, p. 16-17).

Aproveitando-se desse descaso, Chávez não desperdiçou a chance de formar uma coalizão que pudesse contrabalancear o poder hegemônico dos Estados Unidos, promovendo um embate retórico contra o “Império norte-americano”. Após os bombardeios ao Afeganistão – que consagrou a nova política americana de “guerra ao terror” – Chávez declarou: “*no se puede combatir terror con más terror*”, repudiando a ofensiva do Pentágono, que vitimara grande número de civis. O acirramento dos ânimos culminou com o apoio estadunidense à tentativa de golpe em 2002 em Caracas, que visava destituir o comandante bolivariano da cadeira presidencial. À época, o porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer,

²⁰ Chávez solicitou à ONU que retirasse as sanções ao Iraque e convidou Saddam a participar da reunião de Cúpula da OPEP em Caracas.

pronunciou que os Estados Unidos trabalhariam junto com o governo de transição pensando no futuro da Venezuela. Na opinião de Villa,

El tono político moderado en relación con EE UU comenzaría a cambiar de manera gradual un año después del golpe de Estado contra Chávez. Una investigación del Consejo Nacional de Seguridad de Venezuela (CNS), cuyas conclusiones fueron hechas públicas en el primer aniversario de la fallida intentona, concluía que hubo participación de EE UU en el golpe. (...) Sin embargo, la escalada del conflicto discursivo alcanza su punto más crítico a inicios de 2004 cuando el propio presidente Chávez dejando de lado la mediación de funcionarios medios del gobierno, acusa a EE UU de haber participado directamente en el golpe del 11 de abril de 2002 y de intervención en los asuntos internos de Venezuela a través del financiamiento de grupos políticos y ONGs opositoras a su gobierno. (VILLA, 2004, p. 41).

Por fim, esse episódio marcou uma revisão da posição moderada que a Venezuela mantinha frente aos Estados Unidos. O antiamericanismo, a partir de então, se tornou um dos pilares da política externa de Chávez, que dirigiu uma série de impropérios contra a administração Bush. O líder venezuelano chegou a sustentar que seu homólogo norte-americano seria o “diabo em pessoa”²¹, sentenciando que o verdadeiro eixo do mal seria composto por Washington e seus aliados.

Apesar das tensões políticas, os países mantiveram uma estreita relação comercial. Em 2008, mais de 40% das exportações do país sul-americano se destinaram ao mercado norte-americano, enquanto que 25% das importações venezuelanas tiveram origem estadunidense²² - situação muito semelhante ao período anterior à posse de Chávez. Em outras palavras, os Estados Unidos continuam sendo o principal sócio comercial da Venezuela²³, a despeito das tentativas chavistas de diversificar seus parceiros externos e incrementar sua matriz exportadora. A Figura 1 comprova essa análise:

²¹ Discurso proferido na Assembléia Geral da ONU em 2006.

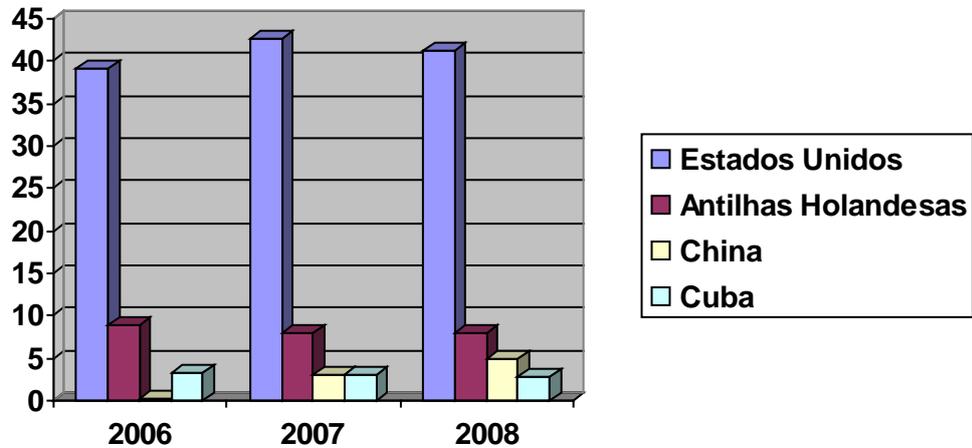
²² Para maior detalhamento das estatísticas, consultar:

<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDVenezuela.pdf>

Último acesso em 10 de novembro de 2009.

²³ Os Estados Unidos são o principal consumidor do petróleo venezuelano. Em 2008, os latino-americanos enviaram aos americanos uma média 1.2 milhão de barris de petróleo e derivados por dia. Fonte: State Department.

Figura 1. Principais destinos das Exportações venezuelanas (2006-2008).



Fonte: Braziltradenet. Disponível em:

<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDVenezuela.pdf>

Último acesso: 12/11/09

Pode-se dizer que uma relevante conquista do governo bolivariano foi o aprofundamento das relações com a China. É visível o crescimento do mercado chinês nas exportações venezuelanas - saltando de 0,2% em 2006 para 4,9% em 2008 –, fruto da nova agenda externa implementada por Chávez. No tocante às Antilhas Holandesas e Cuba, ambos os países foram beneficiados pelos acordos energéticos promovidos por Caracas, o que acabou dinamizando as trocas comerciais na região.

Em suma, o governo Chávez não logrou reduzir a importância estadunidense no seu comércio exterior. A Venezuela continua sendo um país predominantemente mono-exportador, vulnerável às oscilações de mercado e relativamente dependente das compras norte-americanas. Na área política, a posse do presidente Barack Obama reabriu a possibilidade de um diálogo convergente entre a Casa Branca e o Palácio de Miraflores. Como sinal da boa vontade entre os governos, as duas embaixadas tiveram suas atividades restabelecidas em junho de 2009 - já que, em setembro do ano anterior, o comandante venezuelano expulsara o chanceler americano em solidariedade à Bolívia.²⁴

²⁴Acusado de fomentar o separatismo, o chanceler americano foi expulso da Bolívia pelo presidente Evo Morales. Em solidariedade ao colega, Chávez tomou a mesma medida, proclamando que somente reenviaria um novo embaixador à Washington “quando haja um novo governo nos Estados Unidos, um governo que respeite aos povos da América Latina”.

3.2.1 ALBA

A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América²⁵ ou, simplesmente, ALBA, surgiu das aspirações do presidente venezuelano de reforçar a autodeterminação e soberania dos povos, através de um processo alternativo de integração que fosse de encontro aos anseios norte-americanos e de suas políticas econômicas. As tratativas desse acordo se delinearam após intensas conversações entre Hugo Chávez e Fidel Castro, resultando em uma declaração conjunta que sedimentou a criação da nova organização em dezembro de 2004.

Inicialmente, a ALBA se restringiu a uma cooperação bilateral entre Venezuela e Cuba. Além de acordos comerciais, os países ampliaram a parceria em questões educacionais: Havana concederia duas mil bolsas de estudo por ano - para que estudantes venezuelanos realizassem um curso superior na ilha – e colocaria a disposição da Universidade Bolivariana médicos cubanos que atuariam como professores na faculdade. Entretanto, já no seu texto constitutivo, ficava evidente a tendência expansionista da aliança, visando integrar os povos latino-americanos sob sua chancela.

Expresamos así mismo que el ALBA tiene por objetivo la transformación de las sociedades Latinoamericanas, haciéndolas más justas, cultas, participativas y solidarias y que, por ello, está concebida como un proceso integral que asegure la eliminación de las desigualdades sociales y fomente la calidad de vida y una participación efectiva de los pueblos en la conformación de su propio destino. (CHÁVEZ & CASTRO, 2004).

Na opinião de Chávez, era imprescindível a criação uma associação opositora à ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, projetada pelos Estados Unidos para liberalizar o comércio no continente americano.²⁶ Segundo ele, uma integração baseada em parâmetros neoliberais, resultaria na completa subordinação dos países latino-americanos ao império norte-americano, aumentando a pobreza na região e desestruturando setores chaves nas economias nacionais. O desenvolvimento regional, consoante o líder venezuelano, só seria alcançado por meio de uma integração pautada pela complementação econômica e pela solidariedade entre os povos.

²⁵ Em junho de 2009, o grupo deixou de se chamar Alternativa Bolivariana, se tornando a Aliança Bolivariana. Maiores detalhes em: <http://www.vtv.gob.ve/noticias-nacionales/19957>

²⁶ Fariam parte da ALCA todos os países da América, com exceção de Cuba.

Em abril de 2006, conjuntamente à adesão da Bolívia, os países da ALBA firmaram o Tratado de Comércio dos Povos (TCP), um documento que buscava impulsionar os intercâmbios de bens e serviços a partir de mecanismos não mercantis. Na contramão dos projetos neoliberais, esse acordo estimularia um sistema de produção baseado em vantagens construídas, o que amenizaria as assimetrias existentes na região.

Dentre as principais bandeiras da ALBA-TCP²⁷, podemos destacar:

- I. A Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) é uma proposta que centra sua atenção na luta contra a pobreza, à exclusão social, contra os altos índices de analfabetismos e de pobreza que existem principalmente na América Latina e no Caribe.
- II. A proposta da ALBA outorga importância crucial aos direitos humanos, trabalhistas e da mulher, a defesa do ambiente e a integração física.
- III. A produção agrícola é muito mais que a produção de uma mercadoria. É a base para preservar culturas, uma forma de ocupação de território, define modalidades de relações com a natureza e está intimamente ligada à segurança e auto-suficiência alimentar.

Aos poucos a organização foi ganhando novos membros e, hoje em dia, é integrada por nove países: Antígua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominica, Equador, Honduras, Nicarágua, São Vicente e Granadinas e Venezuela. Outros países da região já foram convidados a aderirem ao grupo e o Vietnã foi convidado por Chávez a participar como membro observador do organismo. Com o objetivo de dinamizar a integração, foi inaugurado o Banco da ALBA em 2008, instituição encarregada de financiar melhorias nas esferas da saúde, cultura e energia. O banco serviria, também, para romper com a dependência dos países signatários aos recursos externos, em especial às divisas do FMI e do Banco Mundial. No final do mesmo ano, um projeto mais ambicioso foi colocado em prática: a adoção de uma moeda comum, denominada SUCRE (Sistema Unitário de Compensação Regional). Essa

²⁷ A sigla TCP foi incorporada ao nome da organização. Em junho de 2009, o grupo deixou de se chamar Alternativa Bolivariana, se tornando a Aliança Bolivariana. Maiores detalhes em: <http://www.vtv.gob.ve/noticias-nacionales/19957>

medida almeja, ao mesmo tempo, excluir gradualmente o uso do dólar americano no mercado regional e agilizar as transações comerciais entre os Estados-Membros.

3.3 INSERÇÃO DA VENEZUELA NA AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Os políticos venezuelanos sempre perceberam a América Central e o Caribe como zonas vitais para seus interesses estratégicos e econômicos. Desde a primeira presidência de Rafael Caldera, o país sul-americano vem adquirindo influência na região, utilizando o petróleo como ferramenta de aproximação à região. A ascensão de Chávez gerou uma série de expectativas nos países vizinhos, já que em seus discursos ele constantemente declarava que privilegiaria, no âmbito da política externa, as relações com a América Latina e a bacia do Caribe. (VIZENTINI, 2003, p.76).

O enfoque regional do novo governo pôde ser observado já no início de seu mandato, quando Chávez realizou visitas a países caribenhos – Cuba, Jamaica, República Dominicana e Trinidad e Tobago - e manteve um diálogo saudável com líderes da região. Renovou o acordo energético de *San José*, pelo qual México e Venezuela fornecem, desde 1980, 160 mil barris de petróleo por dia a nações centro-americanas em condições financeiras especiais. Devido à recusa mexicana de incluir Cuba no acordo, os venezuelanos decidiram criar um pacto à parte com Havana, exportando petróleo em troca de bens e serviços. A fim de ampliar os convênios, em outubro de 2000, Chávez assinou o Acordo Energético de Caracas, que expandia para outros países da região as facilidades de pagamento para a compra de combustível.²⁸

Sendo a Venezuela Estado-Membro da Associação de Estados do Caribe (AEC)²⁹, Chávez exerceu forte influência sobre a organização, disseminando seus ideais integracionistas. Na reunião de Cúpula do organismo em dezembro de 2001, realizada na Ilha de Margarita, expressou todo seu ceticismo em relação à ALCA, defendendo arduamente a união entre os povos latino-americanos. Na presença de seu companheiro Fidel Castro, ponderou, pela primeira vez, sobre a formação de uma Alternativa Bolivariana de integração, que três anos mais tarde viria a se concretizar.

²⁸Pagamentos com financiamento de até quinze anos, carência de um ano e taxas de juros de 2%.

²⁹ Associação fundada em 24 de julho de 1994, com objetivo de promover a consulta, cooperação e o diálogo entre os países caribenhos.

Devido à grande afinidade ideológica entre seus líderes, Cuba tem sido o principal parceiro da Venezuela na região. Juntos, os dois Estados idealizaram a ALBA e assinaram diversos acordos de auxílio mútuo. Em relação ao comércio, a ilha de Castro aparece como um dos principais destinos dos produtos venezuelanos, juntamente com as Antilhas Holandesas. A propósito, é necessário ressaltar a dinamização das exportações da Venezuela para o Caribe desde a posse de Chávez, pois, em 1998, esse o valor era de aproximadamente US\$ 2 milhões e, em 2006, alcançou uma marca superior a US\$ 14 milhões.³⁰ A principal razão desse aquecimento comercial deve-se ao fato da celebração de diversos tratados de energia na região.

A estratégia da diplomacia chavista, em relação à América Central e Caribe, culminou com a constituição do Petrocaribe, um Acordo de Cooperação Energética proposto pelo governo venezuelano, com intuito de reduzir as desigualdades de acesso aos recursos energéticos, aprofundando os antigos convênios já existentes sobre a matéria. O lançamento da instituição ocorreu dia 29 de junho de 2005, com a participação de quatorze países no I Encontro Energético de Chefes de Estado e de Governo sobre o Petrocaribe. Nesta ocasião, também fora criado o Fundo da ALBA, instituição financeira que ofertaria linhas de crédito para o desenvolvimento regional. Na época, as frágeis economias do subcontinente sofriam com a escalada de preço do petróleo, padecendo para comprar a quantidade suficiente de combustível que evitasse um colapso interno. A fim de baratear o preço do óleo, foram eliminados todos os agentes intermediários do comércio, resultando numa negociação direta entre órgãos estatais. O documento³¹ originado desse primeiro encontro estabelecia:

(...) se decide la inmediata creación de PETROCARIBE como órgano habilitador de políticas y planes energéticos, dirigido a la integración de los pueblos caribeños, mediante el uso soberano de los recursos naturales energéticos en beneficio directo de sus pueblos. En tal sentido, PETROCARIBE se encargará de coordinar y gestionar lo relativo a las relaciones energéticas en los países signatarios, de conformidad con lo establecido en el presente Acuerdo. (ACORDO DE COOPERAÇÃO ENERGÉTICA PETROCARIBE, 2005).

³⁰ UNCTAD: Disponível em: <http://stats.unctad.org/Handbook/TableViewer/tableView.aspx>
Último acesso: 10/11/08

³¹ O texto constitutivo completo está disponível em:
<http://www.alternativabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=232>

A função do novo organismo seria coordenar e articular as políticas de energia, incluindo petróleo e seus derivados, gás e eletricidade. Ademais, estimularia a cooperação tecnológica, a capacitação e desenvolvimento da infra-estrutura energética, assim como o aproveitamento de fontes alternativas, como a energia eólica e solar. Com a solicitação formal da Costa Rica para ingressar no grupo, o acordo passará a contar com dezenove signatários.³² Nos moldes atuais, os membros pagam 60% do valor do petróleo adiantado e financiam o resto durante 25 anos a juros de 1%.

Enfim, o Petrocaribe se constituiu no braço energético da ALBA, uma vez que ambos os tratados pregam a solidariedade regional e a construção de uma aliança terceiro-mundista, independente dos Estados Unidos. O ativismo internacional de Chávez, impulsionado por sua diplomacia petroleira, teve pouco sucesso na esfera econômica, já que a Venezuela não conseguiu minimizar a dependência da venda de hidrocarboneto para o mercado norte-americano – as exportações para os países centro-americanos são realizadas em condições subsidiadas e, às vezes, o pagamento é feito através de permuta, como por exemplo, a troca de petróleo por bananas de Granada. Todavia, analisando o viés político, os acordos firmados na área fortaleceram a figura de Hugo Chávez como líder regional, consolidando relações bilaterais e expandindo o projeto integracionista.

³² São eles: Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Costa Rica, Cuba, Dominica, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, República Dominicana, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname e Venezuela.

CAPÍTULO 4

RELACIONAMENTO DO GOVERNO CHÁVEZ COM OS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

O último capítulo deste trabalho abordará o relacionamento de Hugo Chávez com os países sul-americanos. Primeiramente, analisaremos a conflituosa relação do governo Chávez com a vizinha Colômbia, agravada pela divergência política entre os respectivos presidentes. Logo após, observaremos a postura venezuelana em relação aos blocos políticos e econômicos da região, ressaltando os ideários integracionistas do comandante bolivariano. Por fim, será avaliada a relação entre a República Bolivariana e o Brasil, tendo em vista o protagonismo de ambas as nações no cenário regional.

4.1 PROBLEMAS FRONTEIRIÇOS: OS ATRITOS COM A COLÔMBIA

O conturbado relacionamento entre Venezuela e Colômbia tem seus primeiros capítulos no processo de delimitação das linhas fronteiriças, ocorrido logo após a fragmentação da Grã-Colômbia. Posteriormente, a briga por territórios avançou para a esfera marítima e submarina, incorrendo numa disputa velada por abrigos petrolíferos. Após anos de avanços e suspensões, essa contenda permaneceu presente dentro da sociedade e dos círculos militares venezuelanos, sendo usada como argumento para justificar a tentativa malograda de golpe militar no início da década de noventa. Quando Chávez assumiu a presidência em 1999, estabeleceu um diálogo positivo com seu homólogo colombiano, buscando empreender medidas que pudessem atenuar os problemas fronteiriços. Apesar dos recorrentes atritos, a diplomacia se dava em alto nível, com a freqüente troca de visitas entre Hugo Chávez e Andrés Pastrana Arango. No entanto, a eleição de Álvaro Uribe Vélez ao governo colombiano dificultou as conversações entre os vizinhos, acirrando as pendências diplomáticas.

A extensa zona limítrofe – são 2.219 quilômetros de divisa - não é fácil de ser administrada. Povoada por guerrilhas e narcotraficantes, grande parte dessa área é coberta por matas fechadas e montanhas, o que dificulta a fixação dos limites. Dessa maneira, a fronteira seguidamente é ultrapassada pelos exércitos de ambos os países, criando uma zona de dupla intervenção. Amado Cervo analisa as principais querelas da região:

Os governos de ambos os países lidam permanentemente com problemas derivados das fronteiras vivas que se estendem por mais de dois mil quilômetros, cujas conseqüências são mais sensíveis no lado venezuelano: comércio de contrabando, desmatamento, migrações, povoamento irregular, narcotráfico, seqüestros, incursões da guerrilha colombiana e presença de cartéis de narcotraficantes. Como não foram fixados marcos de fronteira em número suficiente, esses fenômenos provocam acréscimo de dificuldades, aos quais reage o exército venezuelano, que por vezes, na esteira da perseguição quente, penetra o território do vizinho. (CERVO, 2003, p. 165-166).

A modificação central instaurada por Chávez, no que diz respeito ao relacionamento entre os dois países, se refere à postura adotada pelo governo venezuelano frente às guerrilhas colombianas. Ao contrário de seus antecessores, o líder bolivariano afirmou que essas organizações eram inimigas apenas da Colômbia e demonstrou simpatia pelas reivindicações dos insurretos. Destarte, Chávez iniciou uma gradual aproximação com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), chegando a convidar guerrilheiros para debates em Caracas e Havana. O presidente pretendia afastar de suas fronteiras as ações dos insurgentes, estabelecendo uma relação de confiança com as FARC. Em março de 1999, o Chanceler José Vicente Rangel, por conta de um discurso, assegurou que a *Casa amarilla* não tinha interesse de interferir nos assuntos internos colombianos e que sua única intenção era pacificar a região, atuando como mediador da altercação. Para elevar o nível das conversações, atribuiu-se um *status* político aos revolucionários, dando maior legitimidade às causas defendidas pelos paramilitares.

Todavia, os seguidos contatos entre representantes da administração chavista e líderes da forças revolucionárias aborreceram o presidente Pastrana. Nos seus discursos, ele pedia reiteradamente ao Palácio de Miraflores que não intervisse nos assuntos domésticos de seu país e solicitava o fim do vínculo venezuelano com a guerrilha. Em entrevista ao *Jornal Washington Post*, o presidente colombiano ratificou: “*I’m asking Chávez, please stay in your yard and we’ll manage our own problems.*” (GOTT, 2005, p. 197). O auge das tensões desse período, no entanto, ocorreu com a promulgação definitiva do Plano Colômbia, que mirava combater o tráfico de drogas na região. A proposta inicial de Pastrana, apresentada aos norte-americanos, previa investimentos em áreas estratégicas – visando o abrandamento da desigualdade social – não citando qualquer tipo de intervenção militar. Em contrapartida, o pacote oferecido por Bill Clinton, em 2000, destinava 82% dos recursos à ação militar,

evidenciando a vontade de Washington de sobrepor suas armas na região. A receptividade desse acordo em Miraflores foi extremamente negativa, uma vez que Chávez temia a internacionalização do conflito e a intervenção norte-americana nas questões regionais. Algumas comissões binacionais, que trabalhavam no implemento de melhorias sociais, tiveram de ser momentaneamente canceladas devido ao confronto de idéias. Entretanto, mesmo com todas as diferenças, a gestão Pastrana continuou dialogando com Chávez, superando as animosidades. O Chanceler venezuelano, Luis Alfonso Dávila García, que substituíra Vicente Rangel em fevereiro de 2001, avaliou, à época, o relacionamento com seu vizinho, declarando: *“es hoy más digna, más clara, más transparente, a veces más emotiva, pero también porque es hoy más afectiva.”* (CERVO, 2003, p.169-171).

Na área comercial, a Colômbia se notabilizou historicamente por ser um grande parceiro de Caracas, adquirindo em grande quantidade os produtos venezuelanos que não eram produzidos a partir do petróleo. Com o processo de regionalização desencadeado nas últimas décadas, ocorreu uma aceleração nas trocas comerciais entre os dois países, sendo que, em 2008, cerca de 13% das importações venezuelanas tinham origem colombianas, abaixo apenas dos Estados Unidos.³³ A partir dos acordos bilaterais, diminuía-se os empecilhos causados pelos regimes aduaneiros, incentivando o empresariado de ambos os países a investirem conjuntamente na região. O dinamismo comercial também se refletiu na região limítrofe, impulsionando o comércio ilegal e a imigração de colombianos ao território vizinho. Para se adaptar a nova realidade, agentes sociais foram alocados nesses distritos com intuito de organizar as aldeias, criando Câmaras de Comércio Bilateral e estabelecendo vias de transporte transfronteiriço.

Com a eleição de Uribe em 2002, o clima pacífico entre as embaixadas foi rompido. O novo presidente colombiano identificava as FARC como uma organização terrorista e apoiava a eliminação das guerrilhas através da intervenção militar. O resultado dessa política gerou problemas nos limites com a Venezuela, pois muitos guerrilheiros e refugiados atravessavam a fronteira e se instalavam no país vizinho. Neste novo panorama, Chávez ainda tentava manter o tom cordial com Bogotá, apesar das divergências ideológicas. Contudo, o seqüestro do guerrilheiro Rodrigo Granda, em dezembro de 2004, causou grande mal-estar entre as chancelarias. Por conta de uma visita à Caracas, o integrante das FARC foi capturado pelas

³³ Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2061.html>
Último acesso: 16 de novembro de 2009.

autoridades colombianas e transportado até Cúcuta, onde foi preso. Os venezuelanos acusaram Uribe de violar sua soberania, provocando uma tensão diplomática. Exigiram que um pedido de desculpas fosse formalizado por parte do governo colombiano e foram suspensos acordos comerciais vigentes. Após o intermédio de Fidel Castro, os países restabeleceram as conversas e se comprometeram a evitar discussões pelos meios de comunicação.

O auge da crise diplomática, porém, se iniciou no final de 2007. As relações entre os países já estavam deterioradas quando o presidente Uribe decidiu encerrar, em novembro daquele ano, a mediação encabeçada por Chávez com a guerrilha para obter libertação de reféns – dentre eles a política franco-colombiana Ingrid Betancourt³⁴ - através de um acordo humanitário. Em resposta, Chávez acusou o governo de Bogotá de mentiroso e congelou as relações com o vizinho: *“He perdido la confianza en el gobierno de Colombia, no creo en nadie en ese gobierno.”*³⁵ Para agravar a situação, em março de 2008, os colombianos invadiram o território equatoriano para assassinar Raúl Reyes, membro do secretariado das FARC. Essa ação despertou a ira de Rafael Correa, presidente do Equador e aliado de Chávez, que expulsou o embaixador colombiano de suas terras e denunciou a agressão aos organismos internacionais. Em solidariedade ao seu colega, Chávez recriminou veementemente o atentado e fechou sua embaixada em Bogotá. Além disso, ordenou a mobilização de dez batalhões do exército na fronteira entre os dois países e acusou Uribe de comandar um governo *“paramilitar, narcotraficante y lacayo del império”*. O apaziguamento do conflito foi acontecer uma semana depois, na reunião do Grupo do Rio em Santo Domingo, quando Correa e Chávez aceitaram o pedido de desculpas feito pelo presidente colombiano e selaram a paz com um aperto de mão.

Enfim, até 2002, quando se encerrou o mandato do presidente Andrés Pastrana, o relacionamento entre Colômbia e Venezuela fora marcado pela intensa diplomacia. A ligação do governo Chávez com os guerrilheiros das FARC incomodava os dirigentes de Bogotá, entretanto o diálogo político entre os governos minimizava qualquer hostilidade. Contudo, a convivência entre as duas nações começou a ficar mais litigiosa após a posse de Álvaro Uribe, representando um ponto de inflexão nos entendimentos bilaterais. A crise diplomática de 2008

³⁴ Betancourt havia sido seqüestrada no dia 23 de fevereiro de 2002, permanecendo no cativo até dia 2 de julho de 2008, quando foi libertada pelo exército colombiano.

³⁵ Fonte: Jornal El Clarín, 26 de novembro de 2007.

deixou exposta a rivalidade regional, evidenciando a indisposição entre os respectivos governos. Depois da assinatura de um acordo militar entre Washington e Bogotá – pelo qual os Estados Unidos poderão utilizar bases militares colombianas³⁶ – o mandatário bolivariano mais uma vez atacou a honestidade de Uribe e as ambições expansionistas dos norte-americanos. Em declaração recente, feita no seu programa dominical “Alô Presidente”, Chávez pediu ao exército e aos civis que se preparassem para uma guerra, em clara advertência à Colômbia e Estados Unidos.³⁷

4.1.1 A QUESTÃO ESSEQUIBO

Os conflitos lindeiros da Venezuela não se restringem apenas à fronteira oeste, pois do outro lado está situada a Guiana, onde o governo venezuelano reclama o direito da posse de dois terços de seu território. São 159.500 km² ricos em minérios, localizados na bacia do rio Essequibo. Essa discussão tem origem no século XIX, quando o recém criado Estado venezuelano disputava a região com a Inglaterra. Foi acordado um arbitramento internacional e o parecer final foi favorável aos ingleses. Anos mais tarde, a Venezuela alegou que o laudo da arbitragem fora obtido através de um conluio entre russos e ingleses, demandando a nulidade do tratado. Em 1966, foi celebrado o Acordo de Genebra, no qual uma comissão mista iniciaria um estudo sobre o tema, do qual não resultou nenhuma deliberação. No entanto, a realização desse acordo foi uma vitória para a diplomacia venezuelana, uma vez que se reconhecia a controvérsia no âmbito do Direito Internacional.

Com o advento do governo Hugo Chávez, ocorre o recrudescimento do desejo de reconquistar a zona em disputa, contestação presente no texto da Constituição Bolivariana. Todavia, essa conquista se daria por vias diplomáticas, visto que Hugo Chávez teria assegurado a seu vizinho que jamais utilizaria a força para acabar com o litígio. O comandante venezuelano tinha plena consciência de que seria um suicídio político invadir o território em questão, afinal de contas sua administração ambicionava manter boas relações com os países vizinhos.

³⁶ O acordo prevê que aeronaves militares e oficiais das Forças Armadas dos Estados Unidos poderão utilizar sete bases da Colômbia, além de aeroportos internacionais do país, com objetivo de combater o narcotráfico e o terrorismo.

³⁷ Fonte: BBC Brasil. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u652306.shtml>

O primeiro atrito de seu governo com Georgetown decorreu de um acordo entre o governo guianense e a empresa americana *Beal Aerospace Technologies* em maio de 2000, que previa a instalação de uma base espacial no Essequibo. Evidentemente contrariado, Chávez advertiu: “*No lo vamos a aceptar. Eso que le quede muy claro al Gobierno guyanés y a todos los que tienen que ver con eso.*” (CERVO, 2003, p.172). Usando a diplomacia do petróleo para macular a concessão, em seis meses a empresa anunciava o fim das operações.

O interesse da Guiana em participar do Acordo Energético de Caracas e do Petrocaribe, aliado á política de boa vizinhança adotada por Chávez, foi determinante para o apaziguamento das relações bilaterais. Na realidade, a reclamação territorial ficou em segundo plano diante das pretensões regionais. Ainda assim, em 2006, o Congresso venezuelano aprovou o projeto do presidente Chávez que modificava a bandeira do país, acrescentando uma oitava estrela, cujo significado era um tributo à contribuição da província da Guiana por sua luta pela independência no século XIX. Os mapas oficiais também registram a presença da Guiana Essequiba, denominando-a como *zona en reclamación*. No mapa abaixo, a zona em disputa está hachurada em verde.

Figura 2: Mapa político da Venezuela.



Fonte: Google maps.

Enfim, após anos de infrutíferas negociações em torno da pendência territorial, os governos tentam encontrar uma solução pacífica para o conflito. Comissões binacionais foram instauradas na expectativa de propiciar novas iniciativas e atividades para a consecução da expansão, fortalecimento e avanço da cooperação entre os dois países. Desde 2006, a reclamação se encontra submetida à Secretaria Geral das Nações Unidas, sob as condições do Acordo de Genebra, à espera de uma resolução final satisfatória.

4.2 BLOCOS ECONÔMICOS

A participação venezuelana nos diversos processos de integração pode ser facilmente percebida durante a década de 90, quando as administrações de Carlos Pérez (1989-1993) e Rafael Caldera (1994-1998) deixaram evidente o gosto pelas tratativas internacionais. Essa dinâmica externa, entretanto, continha uma diferença estratégica: Pérez promoveu uma aproximação com os países ao Norte e a Oeste, firmando diversos acordos com a América Central e Caribe, enquanto que Caldera se inclinou para o Leste e Sul do continente, se acercando do MERCOSUL e do Brasil. (GIACALONE, 1997, p.165).

A opção pelo projeto regionalista, também compartilhada por Hugo Chávez, implicou na execução de uma política externa voltada para os assuntos da América Latina. O governo do ex-tenente-coronel ampliou as discussões sobre o tema - já que almejava reeditar o antigo sonho de Simón Bolívar - e fixou a integração sul-americana como prioridade na plataforma governamental. O ativismo diplomático, conseqüentemente, provocou uma aceleração nas negociações externas, desencadeando uma nova inserção geopolítica da Venezuela dentro do continente.

Para que se possa melhor compreender essa prioridade chavista, é necessário elucidar o conceito de *potência média*. Ainda hoje é difícil definir um conjunto de critérios que determine exatamente o que é uma potência média, embora sua denominação já dê pistas sobre seu significado: países que, apesar de não terem poder político, econômico e militar para se enquadrarem entre as grandes potências, possuem certa projeção internacional. Na sua abordagem mais clássica, Waltz e Mearsheimer defendem que as potências médias teriam apenas duas possibilidades de inserção: *balancing* e *bandwagoning*. O primeiro comportamento expressaria a tentativa da média potência de desafiar a grande potência, buscando equilibrar as forças dentro do sistema hegemônico. O *bandwagoning*, por sua vez,

seria o comportamento oposto, adotado por certos Estados que não podem desafiar as hegemonias ou que não vêem vantagens nessa postura, optando pela aliança à grande potência em busca de benefícios próprios. (MEARSHEIMER, 2001; WALTZ, 1979).

Os trabalhos de Andrew Hurrell, Robert Pape e T. V. Paul trazem uma nova abordagem para a teoria, usando a idéia de *soft balancing*. Para eles, o *soft balancing* é uma tentativa de contrapor o poder hegemônico - nesse caso específico, os Estados Unidos - por meio das instituições multilaterais, ao invés de desafiá-lo através de alianças sub-regionais como previa o *balancing*. De acordo com Hurrell:

[Its] purpose is to complicate and raise the costs of US policies in international institutions (especially by denying legitimacy), to challenge dominant US preferences, and to withhold the effective (as opposed to formal or rhetorical) cooperation on which the fulfillment of US foreign policy goals depends. (HURRELL, 2006, p.15).

Para Robert Keohane, as potências médias poderiam ser divididas em quatro categorias, de acordo com sua influência regional. Elas estariam em uma posição inferior em comparação às grandes potências, logo, buscariam aumentar seu poder de barganha através de coalizões. Assim, haveria formação de blocos políticos e econômicos – entre países de menor expressão na esfera internacional – com objetivo de afastar as potências hegemônicas dos seus assuntos internos e, também, regionais. Daí depreende-se o desejo de Hugo Chávez de insistir na cooperação regional, se aproximando do MERCOSUL e promovendo acordos petrolíferos com os países da América Central.

4.2.1 MERCOSUL

Em relação ao MERCOSUL, desde 1995 a Venezuela manifesta interesse de integrar o bloco, visando construir efetivamente um mercado comum que contemplasse toda região. O governo Chávez, desde sua inauguração, reiterou o desejo venezuelano de ingressar na organização, planejando, inicialmente, articular um acordo entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL. Em nota oficial do Ministério das Relações Exteriores, divulgada após encontro de chanceleres em 1999, foi declarado: “*La unidad con el Mercosur es una de las prioridades venezolanas en materia de integración regional.(...) En el encuentro, Venezuela reafirmó su intención de integrarse al Mercosur con la Comunidad Andina de Naciones*

(CAN).” O intuito de Chávez era tornar seu Estado o pivô do processo integracionista, representando um elo nas comunicações entre norte e sul.

Entretanto, a ascensão de governos de esquerda no Brasil, Argentina e Uruguai e a disposição dos países andinos, especificamente Colômbia e Peru, de firmar acordos bilaterais de livre comércio com os Estados Unidos determinaram uma mudança de foco na política externa: Chávez decidiu se desvincular da Comunidade Andina e solicitou a entrada, como membro pleno, no MERCOSUL. Aliás, a entrada do país andino no Cone Sul vinha sendo preparada desde 2001, quando o líder bolivariano preparou um requerimento de associação ao órgão, sendo aceito em julho de 2004. Nesse instante, a Venezuela passou a gozar dos mesmos direitos que Bolívia, Peru e Chile (membros-associados) e iniciou as negociações para alcançar sua inclusão plena no tratado. (BIZZOZERO & RUIZ, 2006).

Em dezembro de 2005, durante a Cúpula do MERCOSUL ocorrida em Montevideú, a Venezuela protocolou seu pedido de adesão plena, ficando acertado que este processo tramitaria de forma acelerada. Essa agilidade derivava do intenso *lobby* exercido por Chávez junto aos seus colegas, além do interesse argentino de contar com seu credor financeiro no grupo – do início de 2005 até maio de 2008, Caracas teria comprado mais de US\$ 6,3 bilhões em títulos da dívida pública argentina, convertendo-se em uma das maiores fontes de financiamento da Casa Rosada.³⁸

Finalmente, em quatro de julho de 2006, foi assinado o protocolo de entrada dos venezuelanos na organização, fixando prazos para a adequação do novo membro às normas do Mercado Comum do Sul. Para a adesão entrar em vigência, no entanto, seria necessário internalizar o protocolo às legislações dos países-membros. Ainda assim, a partir da subscrição do documento, a Venezuela já estava autorizada a participar das negociações com outros blocos e países, possuindo os mesmos direitos e obrigações que Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. (TERUCHKIN, 2006, p.45).

A admissão venezuelana no MERCOSUL causa grande divergência entre os estudiosos, que discorrem sobre os possíveis impactos da adesão no funcionamento da

³⁸Fonte: Jornal O Globo. Disponível em:
http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/05/23/venezuela_compra_us_1_bilhao_em_bonus_da_divida_publica_argentina-444852802.asp

organização. Os analistas que se posicionam a favor da questão, argumentam que a incorporação da Venezuela amplia a integração política e econômica da região, fortalecendo a segurança energética dos membros do bloco e aumentando seu mercado consumidor – o país andino representa o terceiro maior PIB da América do Sul. Além disso, pode consolidar o bloco como um ator relevante nas relações internacionais, atribuindo-lhe maior poder de barganha, capaz de contrapor aos pressupostos idealizados pela ALCA.

Por outro lado, a anexação de um país, cujo líder é questionado por sua conduta antidemocrática, pode ser prejudicial ao organismo regional. Ruiz exprime sua opinião:

Sin embargo, el ingreso venezolano puede tener un impacto negativo en temas relacionados con la dimensión externa del MERCOSUR. Por un lado, existe el riesgo de que el gobierno venezolano pretenda utilizar al bloque regional como una plataforma para promover su discurso anti-estadounidense y anti-capitalista. Si esto ocurriese se podría generar una crisis al interior del esquema de integración, pues los demás socios no sólo no desarrollan una política de enfrentamiento con Estados Unidos, sino que alguno de ellos, como Uruguay, desean incluso intensificar sus relaciones comerciales con este país. (RUIZ, 2006, p. 93).

Portanto, o grande temor que ronda a incorporação da Venezuela está baseado na idéia de que Chávez pode transformar o MERCOSUL num fórum para disputas políticas e confrontos ideológicos, desvirtuando, assim, o intuito principal do bloco. Tendo em vista essas ponderações, o Congresso brasileiro tem debatido a internalização do protocolo de adesão³⁹, numa acirrada disputa entre governo e oposição. Tasso Jereissati, senador brasileiro, declarou sua inconformidade à inclusão venezuelana, observando “que possíveis vantagens econômicas não podem se sobrepor à defesa dos direitos democráticos”.⁴⁰ Com a intervenção do presidente Lula, o projeto começa a avançar nas instituições burocráticas de Brasília, devendo ser aprovada pelo legislativo.

³⁹ Este protocolo já foi internalizado na Argentina, Uruguai e Venezuela. No Paraguai, a votação foi adiada para 2010, já que o presidente Fernando Lugo não contava com o apoio da maioria do Congresso.

⁴⁰ Fonte: <http://www.tassojereissati.com.br/ultimas-noticias/170-adiada-decisao-sobre-ingresso-da-venezuela-no-mercosul>

4.2.2 COMUNIDADE ANDINA

A intensa participação de Chávez no cenário internacional, impulsionado pela ativa busca de novos parceiros políticos e econômicos, sofreu uma reformulação em 2006. Nesse ano, o governo bolivariano rompeu dois acordos celebrados em gestões anteriores, abdicando desses tratados para focalizar suas forças no ingresso ao MERCOSUL.

A Comunidade Andina (CAN), antigamente alcunhada de Pacto Andino, foi uma organização criada em 1969, através do Acordo de Cartagena, com objetivo de fortalecer o processo de substituição de importações e estabelecer a construção de um mercado comum na região. Inicialmente, o bloco era constituído por Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, sendo que, em 1977, o Chile se retirou do acordo. Em quatro décadas de funcionamento, apesar de todo aparato institucional, os governos não lograram consolidar uma visão estratégica comum de longo prazo, muito menos construir uma base política, econômica e social capaz de viabilizar a integração. (PUERTAS, 2006, p.4).

No tocante à Comunidade Andina, Chávez tinha projeções iniciais de fundi-la ao MERCOSUL. Assumiu a presidência do bloco em 2000 e ratificou seu ímpeto de unificar plenamente a América do Sul. Contudo, a deterioração dos relacionamentos com a Colômbia e a disposição de membros da CAN de realizar de Tratados bilaterais com os Estados Unidos desencadearam a renúncia venezuelana ao bloco. Consoante Chávez, os Tratados de Livre Comércio (TLC), assinados por Peru e Colômbia, significariam a falência da integração andina, já que permitiriam a invasão de produtos norte-americanos “supersubsidiados” em seus mercados, resultando numa concorrência desleal. Chávez atacou severamente o imperialismo estadunidense - afirmando que a Casa Branca desejava desintegrar a América do Sul – imputando aos Estados Unidos a culpa sua retirada. Em abril de 2006, pronunciou: “A Comunidade Andina está ferida de morte e hoje posso dizer que está morta. Mataram-na. Não existe. A Venezuela está deixando a Comunidade Andina.”

Em maio do mesmo ano, Chávez renunciou a mais um acordo, o G-3, rompendo o tratado comercial que mantinha com Colômbia e México. O G-3 havia entrado em vigor em 1995 e visava a redução de tarifas aduaneiras a fim de estimular as trocas comerciais entre os países membros. Na verdade, este acordo estava na contramão dos princípios sustentados pela concepção bolivariana de integração, pois era baseado em um modelo neoliberal. Em

comunicado oficial, a chancelaria argumentou: “Nesse contexto, o país assume com plena liberdade o direito de estabelecer políticas para levar ao desenvolvimento produtivo e proteger o desempenho da sua indústria nacional.”

Ambas as renúncias estão diretamente associadas ao processo de inclusão da Venezuela no MERCOSUL. Chávez havia percebido que o modelo de unificação andina estava em decadência e que tratados como o G-3 refutavam os princípios de solidariedade e cooperação tão defendidos por seu governo. Logo, Chávez se desvincilhou de acordos que não mais lhe satisfaziam e concentrou suas apostas diplomáticas na entrada de seu país no Mercado Comum do Sul. Em pronunciamento, revelou suas expectativas em relação às diretrizes desse bloco: "Claro, um novo MERCOSUL, que leve em consideração as diferenças entre nossas economias, as assimetrias, um MERCOSUL que se estruture com base na solidariedade entre os povos, na complementaridade econômica, e tenho muita esperança que o MERCOSUL vai conseguir isso.” Portanto, ele intencionava manter uma relação íntima com os países membros, desejando irrigar o bloco com seus princípios socialistas.

4.2.3 UNASUL

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) teve sua origem em uma carta de intenções assinada em dezembro de 2004, em Cuzco (o nome proposto na época era de Comunidade Sul Americana de Nações).⁴¹ Essa carta refletia o interesse de Chávez em integrar os países do MERCOSUL e do Pacto Andino – além das outras nações da região⁴² - numa única organização que promovesse a cooperação em diversos âmbitos, fugindo assim da exclusividade da área comercial predominante no início da década de 90. Essa busca por uma ampliação da gama de atividades se encontra no preâmbulo do Tratado Constitutivo da UNASUL, assinado por todos os países sul-americanos em Brasília em maio de 2008:

Afirmando sua determinação de construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infra-estrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe;(UNASUL, 2008).

⁴¹ A pedido de Hugo Chávez, houve a alteração do nome da organização em 2007.

⁴² A UNASUL é integrada por doze países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Como ponto marcante nesse trecho do tratado, podemos notar a inclusão da busca por uma integração nos campos energéticos e de infra-estrutura de forma explícita, impulsionada pelas reservas naturais da Venezuela. Outro objetivo do bloco seria a criação de um mecanismo que pudesse organizar e coordenar uma estratégia de defesa comum na região, idéia que se encontra velada em um dos fundamentos do acordo: “o intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa.”⁴³ A emergência de um órgão de defesa ficara evidente após a crise diplomática entre Colômbia e Equador, quando o exército colombiano adentrou dezesseis quilômetros no território equatoriano para matar um dos líderes das FARC em março de 2008. Esta ocorrência só aumentou a importância do estabelecimento de um órgão consultivo e coordenativo, que lograsse dirimir questões em matéria de segurança. Em dezembro de 2008, ocorreu a constituição do Conselho de Defesa Sul-Americano, proposto pelo Brasil, que ratificava em suas alíneas o respeito irrestrito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados.

Como não poderia ser diferente, Chávez se engajou nas articulações para a compleição do bloco, se opondo a qualquer tentativa de incluir paradigmas neoliberais no texto do acordo. Almejando criar a Grande Pátria Sul-Americana, destacou: “*América del Sur anida hoy un proyecto nuevo, de cambio, que es una dinámica impresionante que se ha desatado en los últimos tiempos, que bien pudiera ser el motor fundacional de los cambios en el mundo.*” Este bloco, na sua concepção, representaria a verdadeira união dos povos sul-americanos.

Entretanto, a UNASUL ainda padece de rixas estatais⁴⁴ e questões militares⁴⁵, o que demonstra a fragilidade da recém-criada organização. Para que se consiga superar as divergências entre os Chefes de Estado, o bloco deverá consolidar um mecanismo regional complexo e uma estrutura institucional efetiva que permita avançar a integração e a estabilidade, convertendo a região numa referência no sistema internacional multipolar. (SERBIN, 2009, p. 156). Só assim, a UNASUL poderá solidificar a pretensa unidade, substituindo progressivamente a OEA (Organização dos Estados Americanos) – instituição profundamente influenciada pelos Estados Unidos - nas suas atribuições.

⁴³Para maiores detalhes da Constituição, acessar: <http://www.comunidadandina.org/ingles/sudamerican.htm>

⁴⁴Argentinos e uruguaios parecem que ainda não superaram o episódio das *papeleras*. O Uruguai ameaçou se retirar da UNASUL caso o ex-presidente Nestor Kirchner fosse empossado como secretário geral do organismo.

⁴⁵O acordo militar entre Colômbia e Estados Unidos tem sido tema recorrente nas reuniões do grupo, causando divergências entre os países membros.

4.3 RELACIONAMENTO COM O BRASIL E A BUSCA PELA HEGEMONIA REGIONAL

Historicamente, o relacionamento entre Brasil e Venezuela se deu de maneira não conflitante. Segundo Amado Cervo, dois momentos recentes ilustram essa relação convergente: a redemocratização do Estado brasileiro no final da década de oitenta e a ascensão do governo Hugo Chávez em 1999. (CERVO, 2003, p.173).

No período que abrange a ditadura brasileira, os dois países se encontravam distanciados, já que um dos pilares da política externa venezuelana era o repúdio a regimes antidemocráticos, baseado na *Doutrina Betancourt*. Após o golpe de Estado de 1964, o governo de Raul Leoni suspendeu as relações diplomáticas com Brasília, que foram retomadas dois anos mais tarde com uma troca de notas entre chancelarias. Com o fim do regime militar, as nações iniciaram um acercamento progressivo, concretizado pela assinatura de tratados em diferentes áreas. Em 1992, nos governos de Itamar Franco e Rafael Caldera, foi dado um grande passo na tentativa de estabelecer um diálogo harmônico entre as embaixadas, com o advento da Iniciativa Amazônica. Esse acordo buscava implementar programas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, reafirmando a soberania na região através da cooperação econômica entre os países. Outro acordo celebrado na mesma época foi o *Protocolo de La Guzmania*, onde os presidentes Franco e Caldera abordaram temas como justiça social, frisando a urgente necessidade de adotar medidas eficazes para combater a pobreza na região. Esse tratado significou um salto qualitativo nas relações entre Brasil e Venezuela, pois instaurou comissões bilaterais com objetivo de debater a cooperação fronteiriça, cultural e militar.

Com a posse de Hugo Chávez, se estabelece uma convergência política no que se refere às visões de mundo, o que acabou por fomentar os esforços no sentido da integração regional. O presidente brasileiro, na época do primeiro mandato de Chávez, era Fernando Henrique Cardoso, político de orientação de direita, fato que não impediu a amizade entre os dois governantes. Em abril de 2001, por ocasião de um encontro em Brasília, ambos os mandatários ratificaram o compromisso de subscrever a Venezuela como associada do MERCOSUL. A nota divulgada pelo Ministério das Relações venezuelano evidenciava essa posição:

(...) el Presidente Hugo Chávez Frías anunció la decisión del Gobierno venezolano de solicitar la adhesión al MERCOSUR. El Presidente Fernando Henrique Cardoso recibió con satisfacción el anuncio de la decisión venezolana y se comprometió a apoyar esa solicitud junto a los demás socios de MERCOSUR, iniciando al más corto plazo posible el proceso correspondiente previsto en el Tratado de Asunción. (MRE, 2001).

Outro ponto arduamente discutido nas tratativas diplomáticas era o posicionamento dos governos perante a imposição da ALCA. Tanto Chávez como Cardoso estavam reticentes com a proposta norte-americana e expressavam que a regionalização do continente americano deveria seguir vetores de equilíbrio e gradualidade, sempre respeitando as diferenças entre os níveis de desenvolvimento das economias do hemisfério. Moniz Bandeira relata as conjunturas diplomáticas:

A Venezuela, no final do governo Fernando Henrique Cardoso, passou a ocupar relevante papel na política exterior do Brasil, não apenas servindo de contrapeso para a Argentina, mas também conformando com ela o triângulo estratégico, no processo e integração da América do Sul, o estabelecimento de uma unidade econômica e política entre os países da região, condição necessária e indispensável a uma inserção equilibrada no cenário internacional. (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 291-292).

Para corroborar a ótima convivência bilateral, no momento em que o governo Chávez passou por uma profunda crise interna, o Brasil deu uma demonstração de total apoio à sua gestão⁴⁶. Era dezembro de 2002 e o país andino se ressentia da escassez de gasolina - fato ocasionado pelas greves gerais - sendo forçado a importar combustível para suprir o consumo doméstico. Numa clara tentativa de apoiar o governo bolivariano, a Petrobras enviou 520.000 barris de óleo para seu vizinho setentrional, sinalizando que não contribuiria com as idéias estadunidenses de isolar politicamente a nação de Chávez.

Esse importante episódio ocorreu nos últimos da presidência de Fernando Henrique, o qual aprovou o embarque emergencial de óleo prontamente. Todavia, há indícios que o presidente eleito, mas ainda não empossado, Luiz Inácio Lula da Silva tenha sido envolvido na decisão, se posicionando a favor do envio da remessa. Na concepção do ex-líder sindical,

⁴⁶ É importante também lembrar que, durante a tentativa de golpe de Estado contra Chávez em abril de 2002, o Brasil atuou conjuntamente com a OEA no intuito de condenar o golpe militar.

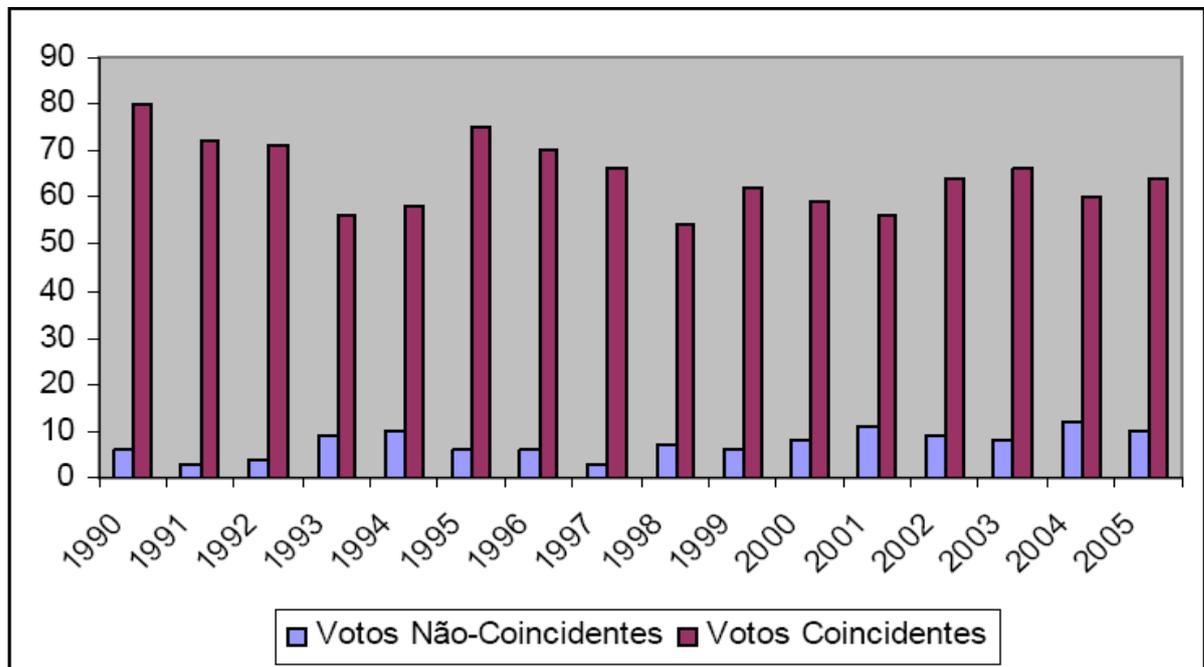
caso Chávez fosse retirado do poder, o mesmo poderia acontecer consigo no futuro e com demais mandatários da região, gerando um efeito dominó. (KOZLOFF, 2006, p. 112). Foi o marco inicial de um relacionamento marcado pela cumplicidade e diálogo, apesar de toda bravata chavista visando conquistar maior protagonismo no cenário internacional.

Em janeiro de 2003, com Lula já empossado, foi criado o Grupo de Amigos da Venezuela por iniciativa brasileira. A idéia do Grupo era auxiliar nas negociações da crise venezuelana, que estava a cargo do secretário-geral da OEA César Gaviria, mediando um acordo entre oposição e o governo. Mesmo antes do desfecho da crise, o presidente brasileiro se encontrou com Chávez em Pernambuco, assinando a Ata de Recife que previa financiamentos a projetos venezuelanos pelo BNDES e, em contrapartida, o apoio da Venezuela à aspiração brasileira de conquistar um assento como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

O relacionamento entre os vizinhos foi aprofundado também na matéria energética, se traduzindo em convênios entre a Petrobras e a PDVSA para exploração conjunta de petróleo na Faixa do Orinoco. Em fevereiro de 2005, Lula e Chávez concretizaram uma aliança estratégica, firmando 26 acordos de cooperação nos campos da energia, petroquímica, gás, mineração, tributo e aduana, agricultura, pesca, turismo, ciência e tecnologia, comunicação e aviação militar. Ademais, juntamente com Nestor Kirchner, concordaram em formar uma empresa petrolífera comum, denominada Petrosul, que exploraria óleo e gás na região.

Além da colaboração energética, as duas nações também convergiram nos assuntos políticos. Em escala regional, podemos destacar o apoio de Brasília e Caracas à candidatura do ministro de interior chileno José Miguel Insulza, em 2005, para o cargo de secretário-geral da OEA. Mesmo sem o apoio dos Estados Unidos, o chileno conseguiu se eleger amparado por diversos governos de esquerda da América Latina. Na escala mundial, os países supracitados mantêm pensamentos afins. Em junho de 2006, o Brasil apoiou a candidatura da Venezuela em detrimento da Guatemala por uma vaga rotativa no Conselho de Segurança, já que os venezuelanos sustentavam a demanda brasileira por um assento permanente no órgão da ONU. Aliás, é no seio dos processos resolutórios das Nações Unidas que fica comprovado o histórico de posturas coincidentes entre os dois Estados. Na figura 3, podemos observar esse semelhante comportamento:

Figura 3: Comparativo entre os votos coincidentes e não-coincidentes de Brasil e Venezuela na Assembléia Geral da ONU (1990-2005).



Fonte: Extraído de KFURI, 2007, p. 14.

Para termos de comparação, os votos coincidentes entre os países do MERCOSUL sempre tiveram índices bem inferiores aos mostrados acima, o que mais uma vez ratifica as afinidades políticas entre Brasil e Venezuela.

Todavia, nem tudo é calma nessa relação intergovernamental, sobretudo quando está em jogo a liderança do subcontinente. Após a vitória de Lula nas eleições brasileiras, especulou-se sobre a possibilidade do surgimento de um novo eixo político no hemisfério, alicerçado na amizade Brasil-Venezuela, que faria oposição aos Estados Unidos. No entanto, tais expectativas não se confirmaram, já que o presidente petista recusou-se a lançar mão de um discurso anti-sistêmico, embora criticasse abertamente algumas posições das grandes potências. Com objetivo de espalhar “o socialismo do século XXI”, Chávez decidiu afiançar alianças sólidas com outros países latino-americanos, mormente com Bolívia, Equador, Honduras e Nicarágua, onde presidentes de orientação socialista comandam suas nações, apadrinhados pelo Palácio de Miraflores. Como destaque dessa estratégia, podemos apontar a estreita união entre Evo Morales (mandatário boliviano) e Hugo Chávez que culminou com o estremecimento das relações entre Brasil e Bolívia, no polêmico episódio da nacionalização dos recursos energéticos. Na realidade, o respaldo da administração venezuelana forneceu

retaguarda necessária para a concretização do ímpeto de Morales de reassumir o controle sobre suas riquezas naturais.

A política externa de Lula tem se caracterizado pela busca da estabilidade democrática e segurança regional (princípio da não-intervenção), estabelecendo fortes vínculos com vizinhos e atuando como apaziguador de situações de conflito. Ambicionando projetar o Brasil como um líder não apenas no âmbito regional, mas também como um protagonista do sistema mundial, apostou na cooperação Sul-Sul, na integração econômica sub-regional e numa união política mais abrangente entre os povos sul-americanos. Diferente do regime de Caracas, o Itamaraty buscou incrementar a convivência pacífica com os Estados Unidos, se posicionando como interlocutor entre venezuelanos e norte-americanos. Nas palavras de Celso Amorim:

O Brasil sempre pautou pela não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados. (...) Mas o preceito da não-intervenção deve ser visto à luz de outro preceito, baseado na solidariedade: o da não indiferença. (SARAIVA, 2007).

Por sua vez, Chávez adotou uma política bem menos cautelosa, impulsionada por discursos carregados de elementos ideológicos. Através de uma diplomacia proativa, que utiliza recursos energéticos para angariar parceiros, procurou se tornar uma referência internacional na defesa dos países subdesenvolvidos. Assim, orientado pelos ideários bolivarianos, buscou incessantemente integrar os países sul-americanos num ambiente cooperativo e popular, confrontando as grandes potências do Norte, em especial o ex-presidente George W. Bush.

Portanto, Brasil e Venezuela despontam, no início do século XXI, como as duas principais forças da região, disputando a hegemonia regional. Ambas as chancelarias têm agendas semelhantes e compartilham opiniões semelhantes em vários temas, especialmente no que tange às disposições integracionistas. No entanto, existe uma discordância nos meios de atuação para que se alcance tal objetivo. A liderança brasileira optou pelo diálogo, tendo como princípios básicos o desenvolvimento econômico e comercial e a política da boa vizinhança. Pelo outro lado, a liderança venezuelana se fundamenta em escopos militares e geoestratégicos, altamente caracterizada pela figura de seu líder máximo. Até o momento, a estratégia brasileira tem tido maior receptividade na comunidade internacional, apesar da

repercussão mundial das ações chavistas. De fato, enquanto o preço do petróleo estiver em um nível elevado, Chávez continuará utilizando-o como uma poderosa arma política. Cabe ao Brasil seguir atuando de forma ativa nos organismos multilaterais do subcontinente (UNASUL, Conselho de Defesa Sul-Americano e MERCOSUL) a fim de ampliar sua influência sobre os demais Estados – consolidando, gradualmente, sua tácita liderança na região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento do governo Hugo Chávez acarretou transformações profundas na Venezuela, modificando os padrões da política tanto internamente quanto externamente. Essa ascensão foi um duro golpe para as camadas sociais venezuelanas que eram beneficiadas com o anacrônico sistema institucional e, em contrapartida, uma esperança de inclusão social para as classes eternamente desfavorecidas.

A partir do enfraquecimento do *Pacto de Punto Fijo*, que se esgotava mediante o repúdio e descrédito popular às gestões vigentes, abriu-se a possibilidade do surgimento de uma figura caudilhesca que confrontaria arduamente os políticos e partidos tradicionais. Com um discurso forte e promessas populistas, Hugo Chávez ganhou a simpatia da maioria do eleitorado, tornando-se presidente em 1999. A contestação ideológica, no que diz respeito aos paradigmas neoliberais, foi fundamental na sua eleição, pois a sociedade venezuelana se encontrava extenuada dos diversos pacotes econômicos que debilitavam as condições financeiras da população. Assim, Chávez apareceu como um redentor nacional, que traria de volta a bonança econômica das épocas áureas.

O maior objetivo do presente trabalho é debater os impactos ocasionados pelo governo Chávez na política externa do continente americano. Entretanto, como a política exterior é um reflexo da atuação doméstica, é necessário fazer um balanço interno do governo Chávez antes de partir para uma análise internacional. Os primeiros anos do ex-golpista militar à frente do poder foram caracterizados por sucessivos escrutínios. Aliás, deve-se ressaltar que a democracia plebiscitária, amparada por consultas populares, tem sido uma constante em sua gestão. Ciente de que o Congresso eleito em 1998 dificultaria suas reformas sociais, Chávez tratou logo de convocar uma Assembléia Constituinte e sepultar a antiga Carta Magna. De posse da Constituição Bolivariana, realizou novas eleições e elegeu maioria legislativa, viabilizando a governabilidade de sua administração. Essa manobra foi fundamental nas pretensões chavistas, pois o antigo Congresso estava recheado de opositores que, sem dúvida, limitariam as ações socialistas. A truculência política, todavia, na maneira de como a reforma constitucional foi conduzida é que gera protestos, já que a pressão presidencial teria resultado em medidas antidemocráticas.

Até a promulgação das Leis Habilitantes, no final de 2001, o governo Chávez não encontrou grande resistência à sua política, uma vez que a oposição se encontrava desarticulada. Contudo, a aprovação dessas normas pelo Congresso marcou um ponto de inflexão na política de Chávez, propiciando a reorganização de seus inimigos, liderados pela FEDECAMARAS, meios de comunicação, executivos da PDVSA e generais. Como Chávez tinha um posto médio dentro das forças armadas, muitas vezes enfrentava resistência por parte dos militares de alto escalão, que consideravam uma insubordinação sua liderança. O recrudescimento oposicionista atingiu em cheio o governo bolivariano. Greves patronais generalizadas debilitaram a economia venezuelana e a principal fonte das receitas federais, a estatal petroleira, praticamente zerou sua produção. A gravidade da crise pode ser percebida através dos indicadores macroeconômicos, que demonstravam a profunda recessão econômica. A superação desse momento foi impulsionada pelo incremento de políticas distributivas, culminando com a vitória no referendo revogatório de 2004.

As reformas sociais, chamadas de *Misiones*, desempenharam um papel essencial na estabilização interna do governo Chávez. Elas se concretizaram a partir da alta do preço do petróleo e estão focadas em melhorias sociais para as classes pobres. Resumidamente, essas medidas buscam direcionar o excedente da renda petrolífera para políticas públicas que beneficiem os miseráveis, tentando estabelecer uma distribuição mais igualitária. A eficiência, a curto prazo, das *Misiones* pode ser comprovada pelas estatísticas do IDH, no qual a Venezuela apresenta uma melhora significativa nos seus indicadores, subindo várias posições no *ranking* anual. Entretanto, a mera distribuição de benefícios não altera estruturalmente a sociedade, o que pode comprometer o futuro dessas medidas num hipotético cenário de desvalorização do preço do petróleo.

A personalidade forte e as posições radicais de Chávez fragmentaram ideologicamente a sociedade venezuelana. O acirramento do debate político polarizou a população em dois grupos: os que estão a favor e os que estão contra o presidente. Os discursos de Chávez sugerem uma luta entre o bem e o mal, concepção que foi estendida para o âmbito internacional – as idéias maniqueístas são utilizadas para definir o conflito travado entre Venezuela e Estados Unidos. A oposição sofreu duros reveses nos últimos anos, depois do boicote às eleições legislativas e da derrota no referendo que possibilita a reeleição ilimitada. Por sua vez, os meios de comunicação privados, que muitas vezes criticavam intensamente a revolução bolivariana, tiveram dificultados seus trabalhos, chegando ao extremo de não ser

renovada uma concessão televisiva. Tais atitudes de Hugo Chávez revelam um espírito ditatorial, o que é condenado pela comunidade internacional. Sua obsessão pelas causas sociais em detrimento das camadas mais favorecidas criou um radicalismo exacerbado, que muitas vezes ultrapassa o bom senso, descaracterizando um governo de conquistas democráticas.

No âmbito internacional, a gestão inaugurada em 1999 pode ser dividida em duas fases, exatamente como vimos no capítulo três. A conduta comedida do período inicial pode ser explicada pela inexperiência internacional e pelo baixo valor do preço do petróleo. Não foi à toa que, nos primeiros anos de mandato, privilegiou viagens internacionais com o intuito de revalorizar o petróleo e estabelecer novas parcerias, o que auxiliaria a legitimar seu governo internamente. Após o referendo revogatório de 2004, Chávez adotou uma postura mais incisiva, baseada no embate retórico com os Estados Unidos e na conformação de alianças estratégicas. A antipatia ao governo norte-americano atingiu seu auge quando foram descobertos indícios de participação da Casa Branca na tentativa de golpe contra o comandante venezuelano em abril 2002.

O tema da integração foi aprofundado na era Chávez, se tornando uma tônica da agenda externa. Essa tendência à regionalização foi herdada dos ideários do libertador Simón Bolívar – personagem histórico que exerce grande influência no pensamento chavista. Segundo as concepções bolivarianas, a verdadeira integração seria baseada pela cooperação e solidariedade, buscando alcançar o desenvolvimento através da complementaridade. Com efeito, Chávez acelerou as negociações bilaterais e multilaterais, visando concretizar a formação de blocos internacionais. Sua intenção é unir politicamente e economicamente os povos latino-americanos, exercendo um papel proeminente nessa integração. Para cooptar maior número de aliados, Caracas utilizou em larga escala a diplomacia do petróleo, beneficiando, principalmente, países caribenhos com escassez energética. Esse dinamismo internacional resultou numa melhora qualitativa e quantitativa das relações internacionais, projetando a Venezuela como uma das lideranças do subcontinente no século XXI.

A aproximação da Venezuela com o Brasil e o ingresso no MERCOSUL também alteraram a dinâmica do hemisfério. A idéia de Chávez era estreitar os relacionamentos com os vizinhos meridionais, integrando um bloco regional forte que pudesse contestar as propostas integracionistas dos Estados Unidos. Esse posicionamento venezuelano,

renunciando à Comunidade Andina e ingressando no MERCOSUL, modificou o panorama regional, enfraquecendo a CAN e politizando o Cone Sul. O desejo de criar uma opção alternativa às políticas neoliberais tornou Chávez uma voz influente na defesa dos países em desenvolvimento, *status* compartilhado com Brasília. Aliás, Lula e Chávez convergiram em diversas questões no âmbito internacional, se unindo nas críticas à ALCA, na cooperação Sul-Sul e no estímulo ao regionalismo. Porém, o radicalismo ideológico do governo andino, contrastado com política apaziguadora do presidente do PT, nos demonstra claramente dois estilos divergentes de liderança, tendo a proposta brasileira obtido grande aceitação no contexto mundial.

Ainda na conjuntura sul-americana, o regime de Chávez atritou as relações diplomáticas entre Venezuela e Colômbia, sobretudo após a eleição de Álvaro Uribe para a presidência colombiana. Esse antagonismo foi acirrado à medida que Uribe se aproximava dos Estados Unidos, com a promoção de acordos comerciais e militares que visam reafirmar a soberania norte-americana na região. Logo, as querelas entre Estados vizinhos acentuaram a necessidade de criação de um órgão de defesa na América do Sul, que tivesse a competência de mediar conflitos regionais. A primeira proposta, nesse sentido, foi feita por Hugo Chávez, que sugeriu a instituição da Organização do Atlântico Sul (OTAS), uma espécie de OTAN sulista – baseada na unificação de forças armadas – que acabara não vingando. Cinco anos depois, o governo brasileiro propôs a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, organismo consultivo inserido dentro do processo de integração promovido pela UNASUL. O assentimento da sugestão brasileira por parte das demais nações sul-americanas evidencia a relevância do nosso país no contexto sub-regional, já que esse Conselho resumia as diretrizes propagadas pelo Itamaraty na política internacional.

Enfim, o surgimento de Hugo Rafael Chávez Frías na política venezuelana alterou sobremaneira as relações no continente. O futuro de sua gestão está relacionado ao valor do preço petróleo, visto que o comandante não conseguiu reduzir a dependência econômica às exportações petrolíferas. Com o direito de se reeleger ilimitadamente, conquistado após o plebiscito ocorrido em 2009, Chávez tem a chance de se eternizar no poder, se tornando a nova referência da esquerda latino-americana deste século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM NETO, Octavio. **De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira.** In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (org.). Venezuela: Visões brasileiras. Brasília: IPRI, 2003.

ARAÚJO, Heloísa Vilhena (org). **Os países da comunidade Andina – v. 1.** Brasília: IPRI, 2004.

AZEREDO, Mauro Mendes de. **A crise da democracia venezuelana: relações com os Estados Unidos.** In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (org.). Venezuela: Visões brasileiras. Brasília: IPRI, 2003.

Banco Central da Venezuela: **INDICADORES.** Disponível em: <http://www.bcv.org.ve/>

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Brasil e a América do Sul.** In: ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio. (orgs) Relações Internacionais do Brasil: Temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARROS, Pedro Silva. Venezuela: **Mudanças e Perspectiva – A razão chavista.** Prêmio América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

_____. **Chávez e Petróleo: Uma Análise da Nova Política Econômica Venezuelana.** Cadernos PROLAM/USP. Ano 5 - vol. 2 - 2006.

BIZZOZERO, Lincoln R. **La adhesión de Venezuela al MERCOSUR: de la identidad del bloque a los equilibrios político-institucionales.** In Llairó, M. – Ruiz, J Briceño. – Bizzozero, L. Venezuela en el MERCOSUR. Tres miradas, tres interpretaciones CEINLADI – FCE, Buenos Aires, 2006.

BORBÓN, Josette Altmann. **El ALBA, Petrocaribe y Centroamérica: ¿intereses comunes?** Revista Nueva Sociedad, n. 219, 2009.

BRAZILTRADENET: **Dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais da Venezuela.** Disponível em: <http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDVenezuela.pdf>

CERVO, Amado. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e novos paradigmas.** Brasília: IBRI, 2001.

_____. **A Venezuela e seus vizinhos.** In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (org.). Venezuela: Visões brasileiras. Brasília: IPRI, 2003.

CHÁVEZ, Hugo. **El Golpe fascista contra Venezuela: Discursos e Intervenciones diciembre de 2002 - enero de 2003.** Caracas: Ediciones Plaza, 2003.

CIA: **The World Factbook: Venezuela.** Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ve.html>

COMUNIDADE ANDINA: <http://www.comunidadandina.org/>

ESPINASA, Ramón. **Las contradicciones de PDVSA: más petróleo a Estados Unidos y menos a América Latina.** Nueva Sociedad, n. 204, 2006.

FARIA, Hugo J. **Hugo Chávez Against the Backdrop of Venezuelan Economic and Political History.** The Independent Review, v. XII, n. 4, 2008.

GARCÍA, Jonás. **El Consejo de Defensa Sudamericano: ¿instrumento de integración regional o mecanismo para la hegemonía del Brasil?** UNISCI Discussion Papers, n. 18, 2008.

GIACALONE, Rita. **La política centroamericana de Venezuela (1979-1987).** In EGUIZÁBAL, Cristina (Ed.). *América Latina y la crisis centro-americana: en busca de una solución regional.* Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

GOTT, Richard, **In the Shadow of the Liberator : Hugo Chávez and the transformation of Venezuela.** Verso, London, 2000.

_____. **Hugo Chávez and the Bolivarian revolution.** Verso, London, 2005.

GUERRERO, Modesto Emilio. **¿Quién inventó a Chávez?** Caracas: Ediciones B, 2007.

HURREL, Andrew. **Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers?** International Affairs, v. 2, n.1, 2006.

KELLY, J. & ROMERO, C. **Venezuela y Estados Unidos. Coincidencias y conflictos.** Caracas: Ediciones IESA, 2005.

KEOHANE, Robert. **Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics.** International Organization, v. 23, n.2, 1969.

KOZLOFF, Nikolas. **Hugo Chávez: Oil, Politics and the challenge to the U.S.** New York, N.Y. ; Basingstoke : Palgrave Macmillan, 2007.

LIMA, M. Regina & KFURI, Regina. **Política Externa da Venezuela e Relações com o Brasil.** Papéis Legislativos. Núcleo de Estudos sobre o Congresso, n. 6, 2007.

MARCANO, Cristina & TYSZKA, Alberto Barrera. **Hugo Chávez sem uniforme: uma história pessoal.** Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

MCCOY, Jennifer. **O Referendo na Venezuela: um ato em um drama inacabado.** Georgia State University, 2005.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics.** New York: W.W. Norton, 2001.

Ministério de Planejamento e Desenvolvimento da Venezuela: <http://www.mpd.gob.ve/>

Ministério das Relações Exteriores da Venezuela: <http://www.mre.gov.ve/>

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.** Brasília: IBRI, 2003.

PUERTAS, Jaime Acosta. **La desintegración andina.** Revista Nueva Sociedad, n. 204, 2006.

ROMERO, Carlos A. **Venezuela y Estados Unidos: ¿una relación esquizofrénica?** Nueva Sociedad, n. 206, 2006.

_____. **Jugando con el Globo. La Política exterior de Hugo Chávez.** Caracas: Ediciones B, 2006.

RUIZ, José Briceño. **El MERCOSUR de cinco estrellas: reflexiones sobre los beneficios y costos del ingreso de Venezuela.** In Llairó, M. – Ruiz, J Briceño. – Bizzozero, L. Venezuela en el MERCOSUR. Tres miradas, tres interpretaciones CEINLADI – FCE, Buenos Aires, 2006.

SARAIVA, Miriam. **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007.** Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 50, n. 2. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200004

SERBIN, Andrés. **¿América del Sur en un mundo multipolar: es la Unasur la alternativa?** Revista Nueva Sociedad, n. 219, 2009.

_____. **Cuando la lismona es grande: El Caribe, Chávez y los límites de la diplomacia petrolera.** Revista Nueva Sociedad, n. 205, 2006.

SILVA, André Reis da. **A América do Sul na política externa do governo Fernando Henrique Cardoso: um legado para o governo lula?** NERINT, UFRGS, 2009.

SOUZA, Romina Batista de Lucena de. **O Desenvolvimento Econômico da Venezuela, 1950/2006.** Tese de Doutorado. PPG Economia, UFRGS, 2008.

STATE DEPARTMENT US. **Background Note: Venezuela.** Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35766.htm>

TERUCHKIN, Sônia Unikowsky. **Ampliação do Mercosul: a adesão da Venezuela.** Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 45-50, 2006. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1500/1866>

UNCTAD: **Handbook of Statistics.** Disponível em: <http://stats.unctad.org/Handbook/TableViewer/tableView.aspx>

URRUTIA, Edmundo González. **Las dos etapas de la política exterior de Chávez.** Revista Nueva Sociedad, n. 205, 2006.

VILLA, Rafael Duarte. **Venezuela: mudanças políticas na era Chávez.** Estudos Avançados, v.19, n.55, 2005.

_____. **Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez.** Cuadernos del Cendes, año 21, n. 55, 2004.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001).** In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (org.). Venezuela: Visões brasileiras. Brasília: IPRI, 2003.

WALTZ, Kenneth. **Reflections on Theory of International Politics: a responde to my critics.** In: KEOHANE, Robert O. Neorealism and its critics. New York: Columbia University Press, 1986.

ZÚQUETE, José Pedro. **The Missionary Politics of Hugo Chávez.** Latin American Politics and Society. University of Miami, 2008.